



**Instituto Politécnico de Santarém**

Escola Superior de Gestão e Tecnologia

**A influência das práticas contabilísticas no processo de criação da  
Diocese de Santarém**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

Cristiana Mata de Carvalho

Orientador:

Professor Doutor Rui Robalo

Março 2019

## Resumo

Este estudo tem como objetivo estudar a influência das práticas contabilísticas no processo de criação da diocese de Santarém, compreendido no período de 1956 a 1975. O estudo adota uma metodologia de investigação qualitativa, analisando este processo longitudinalmente, com recurso a documentos e a entrevistas semiestruturadas. O estudo contribui de diferentes formas para a literatura em contabilidade. A sua principal contribuição resulta do facto de providenciar evidência de que as práticas contabilísticas institucionalizadas podem influenciar as relações de poder de ambos os tipos, top-down e bottom-up, e não apenas as do tipo top-down. Este estudo contribui também para a literatura em contabilidade que assenta no uso de ferramentas contabilísticas por parte de agentes intra-organizacionais, com o objetivo de desencadear e suportar processos de mudança organizacional. Por último, este estudo contribui ainda para a escassa literatura de contabilidade em contextos de organizações religiosas.

**Palavras-Chave:** Contabilidade; Diocese; História; Poder; Processo de mudança; Religião; Teoria institucional.

## **Abstract**

This study aims to analyze the influence of accounting practices in the process of creation of the Diocese of Santarém, in the period from 1956 to 1975. The study adopts a qualitative research methodology, analyzing this process longitudinally, with the use of documentary data and semi-structured interviews. The study contributes in different ways to the accounting literature. Its main contribution results from the fact that it provides evidence that institutionalized accounting practices can influence the power relations of both types, top-down and bottom-up, and not just those of the top-down type. This study also contributes to the accounting literature based on the use of accounting tools by intra-organizational agents, with the objective of triggering and supporting organizational change processes. Finally, this study also contributes to the scarce accounting literature in contexts of religious organizations.

**Keywords:** Accounting; Diocese; History; Power; Change process; Religion; Institutional theory.

## Agradecimentos

Quero começar por expressar os meus mais profundos agradecimentos a Deus, o criador de todas as coisas visíveis e invisíveis [...] por poder seguir avante nesta grande caminhada que eu trilhei. Afirmando que só mesmo por intermédio da graça de Deus foi possível tornar real a realização e a conclusão desta de grande etapa, e creio que este será uma das inúmeras conquistas que virão em termos de graduação académica.

Esta dissertação é o resultado de um objetivo académico a que me propus e que não seria exequível sem o apoio de algumas pessoas. Por isso não conseguiria deixar de manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, cooperaram comigo neste projeto.

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Professor Doutor Rui Robalo, por ter aceite orientar esta dissertação, pelo conhecimento e sugestões transmitidas, pela qualidade da sua supervisão, pelas novas oportunidades para as quais me encaminhou e que me fizeram crescer academicamente, por nunca ter desistido das minhas capacidades e pelo excelente acompanhamento desenvolvido durante a elaboração da dissertação.

Quero também agradecer à Professora Doutora Ana Carina Azevedo, por todo o apoio e ajuda prestada ao longo da elaboração da dissertação, pelas inúmeras ideias, sugestões, e por toda a orientação que me deu quando eu mais vacilava.

Foram também muito importantes as cooperações de diversas pessoas da Diocese de Santarém, desde o Senhor Bispo Emérito Manuel Pelino aos Senhores Padres Miguel Ângelo Ferreira, Ricardo Madeira e Fernando Campos e à Sr.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Alexandra Xisto, Arquivista do Museu Diocesano de Santarém. A todos o meu muito obrigado pelas suas disponibilidades para ajudarem durante todo o processo da minha investigação.

Quero também agradecer aos conferencistas do XXIV Workshop on Accounting and Management Control e da XVIII Conferência Grudis e Doctoral Colloquium, pelos seus importantes comentários e sugestões para o desenvolvimento desta investigação.

Também quero agradecer aos vários professores com os quais convivi ao longo da licenciatura e do mestrado, e que muito contribuíram para a minha formação académica.

Quero ainda agradecer aos meus familiares e amigos, aos quais, durante este percurso académico poderei não ter dada a devida atenção, e que sempre me apoiaram ao longo desta caminhada.

E de forma muito especial, quero agradecer aos meus Pais e Irmão, por todo o apoio e amor incondicional, pelo acompanhamento na realização de todos os meus sonhos, ao longo da minha vida, são os meus pilares.

A todos o meu profundo e sincero...muito obrigada

Março 2019

Cristiana Mata de Carvalho

# Índice Geral

<b>Resumo</b>	2
<b>Abstract</b>	3
<b>Agradecimentos</b>	4
<b>Índice Geral</b>	6
<b>1. Introdução</b>	7
<b>2. Revisão da literatura</b>	9
<b>3. Metodologia de investigação</b>	18
<b>4. Contextualização do processo de criação da Diocese de Santarém</b>	21
<b>6. Discussão dos resultados</b>	37
<b>7. Conclusão</b>	41
<b>Bibliografia</b>	43
<b>Apêndice</b>	437

## 1. Introdução

A literatura recente relacionada com a história da contabilidade tem revelado uma falta de estudos e interesse por parte dos académicos em investigar nesta área do conhecimento (Sprakman & Quinn, 2018). Tendo por base a produção científica nas três principais revistas de história da contabilidade (*Accounting History*, *The Accounting Historians Journal*, e *Accounting History Review*), no período de 2006 a 2015, Sprakman & Quinn (2018) apresentam doze categorias de investigação em história da contabilidade, sendo as principais a categoria “Prática” (e.g. Schultz & Hollister, 2014; Sargiacomo, 2009) e a categoria “Especialidade” (e.g. Cordery, 2012; Gebreiter, 2015), surgindo a categoria “Religião” classificada em nono lugar (e.g. Gatti & Poli, 2014).

A conexão entre contabilidade e religião é claramente uma área que requer mais investigação e têm sido inúmeros os apelos de investigadores a incentivar a investigação sobre a contabilidade em contextos de religião (e.g. Carmona & Ezzamel, 2006; Cordery, 2015). Carmona & Ezzamel (2006) argumentam o impacto da contabilidade nas instituições religiosas, desde as estruturas de prestações de contas apresentadas por Moisés aos israelitas (1552 a.C.) até às práticas contabilísticas na Nova Zelândia no século XIX. O objetivo principal deste estudo foi investigar novas questões de investigação que pudessem servir para investigações futuras, tentando atrair potenciais académicos no campo da história da contabilidade. A falta de interesse académico em estudar a contabilidade em instituições religiosas é bastante desconcertante, dado a proeminência de tais instituições na história da sociedade, tanto espiritual como economicamente (Cordery, 2015).

Em Portugal, a escassez de investigação em história da contabilidade vai para além do contexto da religião (Rodrigues et al., 2003; Faria, 2008), sendo que neste contexto há ainda mais necessidade de estudos científicos. A Igreja Católica implantou-se em território português ainda antes da formação da nação portuguesa, em virtude de existirem povos católicos que se estabeleceram neste território. Dada a tradição católica em Portugal e, conseqüentemente, o elevado número de fiéis ao longo do tempo, a Igreja Católica tem sido socialmente reconhecida como uma organização religiosa com elevada

relevância na sociedade e na cultura portuguesas (Antunes, 1982), acontecendo o mesmo em muitos outros países. Face à sua relevância mundial, as atividades da Igreja Católica, desempenhadas pelas suas estruturas organizacionais, necessitam de recorrer a práticas contabilísticas para suportarem processos de decisão de diferentes naturezas e por diferentes níveis hierárquicos.

A diocese é a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja Católica, incluindo um conjunto vasto de paróquias. Do ponto de vista das atividades económicas, as dioceses são qualificadas como organizações sem fins lucrativos, pois atuam no setor da economia social, fornecendo bens e serviços, na sua generalidade gratuitos ou a preços baixos. Os seus principais recursos provêm de tributos voluntários, em espécie ou dinheiro, de vendas de bens e serviços, subsídios das administrações públicas ou de rendimentos de propriedades, sendo muito importante o uso de técnicas contabilísticas. As dioceses recorrem a um sistema de contabilidade organizado específico que procura proporcionar uma gestão eficiente dos seus recursos, tendo em consideração os princípios orientadores emanados pela Santa Sé (Monzón & Chaves, 2008).

O presente trabalho tem o objetivo de investigar a influência das práticas contabilísticas no processo de criação da Diocese de Santarém. Ao ser investigada e compreendida dentro do seu contexto social, organizacional e económico, a contabilidade reflete o contexto em que opera, mas também tem o poder de influenciar o seu próprio contexto (Gomes, 2008). A contabilidade pode constituir uma ferramenta relevante nas relações de poder entre organizações e atores organizacionais. Por isso, este estudo reconhece as relações de poder existentes entre dioceses e Santa Sé e o papel da contabilidade nessas relações. É aceitável que as organizações católicas sejam legitimadas por procedimentos padrão, onde a contabilidade atua como meio de informação e de exercício de poder (e.g. Major & Ribeiro, 2017; Zucker, 1987). É neste contexto que este estudo atende à relevância das práticas contabilísticas utilizadas para legitimar a criação da Diocese de Santarém, cujo processo decorreu entre 1956 e 1975. Este período foi marcado por processos de mudança na Igreja Católica, em que se assistiu ao questionamento de processos de secularização, em que os poderes públicos e as suas instituições afirmavam a sua autonomia em relação ao universo religioso (Almeida, 2009). Tendo em

consideração todo o contexto em que ocorreram estes processos de mudança, recorreremos às premissas da teoria institucional e seus desenvolvimentos subsequentes (Major et al., 2018) para explicar a influência da contabilidade durante o processo de criação da Diocese de Santarém.

Para além desta introdução, o presente estudo contempla outros capítulos. No próximo capítulo é apresentada uma revisão de literatura que, por um lado, atende a estudos sobre práticas contabilísticas em contexto de organizações religiosas e, por outro lado, atende à teoria institucional como quadro teórico com potencial de explicação de processos de mudança. Segue-se o terceiro capítulo que atende à metodologia de investigação seguida neste estudo. No quarto capítulo é apresentada a contextualização em que ocorre o processo de criação da Diocese de Santarém. O estudo empírico é apresentado no quinto capítulo, seguindo-se o sexto capítulo com a discussão dos resultados. As contribuições, limitações e sugestões para investigação futura são apresentadas no último capítulo deste estudo.

## **2. Revisão da literatura**

Neste capítulo começamos por abordar a literatura existente sobre a contabilidade em contextos de organizações religiosas. Posteriormente, atendemos à teoria institucional, como quadro teórico do nosso estudo, para procurar entender as relações de poder e solidez das instituições, tendo por base a influência da contabilidade nas relações de poder entre atores de diferentes níveis organizacionais.

### **2.1. A contabilidade em contexto de organizações religiosas**

Carmona & Ezzamel (2006) argumentam a existência de impacto da contabilidade em organizações religiosas. Os autores contribuem para a literatura sobre formas de contabilidade e prestação de contas, identificando áreas de investigação em história da contabilidade que pudessem atrair a atenção de académicos para estudar mais aprofundadamente a relação entre contabilidade e religião. Ao verificarmos a literatura de contabilidade existente em contexto de organizações religiosas, deparámo-nos com a prevalência de investigações que abordam o impacto da contabilidade em casas monásticas e mosteiros (e.g. Dobie, 2008; Leardini & Rossi, 2013; Llopis et al., 2002;

Martins, 2010). Por exemplo, Dobie (2008) traçou o desenvolvimento na gestão financeira e controlo das casas monásticas inglesas, e respetivas propriedades, no final da Idade Média. Para o efeito, o autor teve em consideração os registos contabilísticos e elementos de gestão financeira medievais das casas monásticas, explorando o contexto religioso, social e económico em que esses elementos de gestão e controlo foram introduzidos, praticados e refinados. O autor analisou documentos que evidenciavam questões interpretadas como a salvaguarda dos ativos das casas monásticas, a exploração dos seus recursos, o seu esforço para assegurar que todos os recursos haviam sido utilizados de forma eficaz e eficiente, destacando o processo de mudança dentro da organização interna e gestão dos mosteiros como resposta às influências económicas e religiosas após o ano de 1200. O estudo contribuiu para a literatura a nível macro, uma vez que apresentava um trabalho sobre contabilidade e finanças do período medieval nas casas monásticas.

Por sua vez, Leardini & Rossi (2013) contribuíram para o debate sobre contabilidade e religião, analisando as relações entre contabilidade e poder no mosteiro de Santa Maria della Scala, localizado na cidade italiana de Verona, na Idade Média, onde a contabilidade apoiou a estrutura organizacional do mosteiro e facilitou as relações de poder dentro desta organização. Os autores confirmaram o papel fundamental da contabilidade nas organizações religiosas, na medida em que as ajuda a construir uma identidade e a promover a espiritualidade individual. Os livros contabilísticos analisados continham os registos das receitas obtidas e despesas liquidadas por cada responsável do mosteiro no período de 1340 a 1492, compilado por um livro de registos de renda mensal e de outras despesas com recursos. Cada folha do livro era classificada pela renda ou despesa, identificada com o mês e o ano, em que cada livro continha notas explicativas sobre os movimentos contabilísticos.

Em contexto religioso similar, e num período pós Idade Média, Llopis et al. (2002) estudaram a forma como foi introduzido em 1597 no Mosteiro de Guadalupe um novo sistema de contabilidade designado *Livestock Sheets*, com o objetivo de delimitar o nível de produção de cada um dos animais do mosteiro. Estes documentos constituíam um instrumento vital para a melhoria da administração das propriedades rurais. Os autores examinam a abordagem adotada pelos monges, ao elaborarem inventários com algumas

referências a cada elemento listado, bem como ao método de determinação da avaliação das diferenças entre as entradas e saídas de mercadoria, e a imputação e avaliação das receitas e despesas relativas ao período contabilístico.

Num outro estudo levado a cabo no Mosteiro de Arouca, no período de 1786 a 1825, Oliveira (2003) analisou as práticas contabilísticas utilizadas e a forma como essas práticas se emolduram no quadro mais global das práticas contabilísticas em vigor em Portugal e no estrangeiro (nesse mesmo período). Com recurso a fontes primárias e secundárias, a análise dos livros de contas e outros documentos utilizados em Arouca, explicativos da solução contabilística adotada, em articulação com os normativos emendados pela Congregação de Alcobaça, à qual o Mosteiro de Arouca e todos os mosteiros cistercienses portugueses reportavam, é ostentada a solução contabilista adotada pelo Mosteiro de Arouca e a forma como essa solução se enquadrava na administração dos mosteiros da congregação. Analisando as fontes de receita e despesa dos respetivos mosteiros da congregação, e dos problemas relacionados com umas e outras no panorama socioeconómico da época, o autor procurou evidenciar que o sistema contabilístico empregue no Mosteiro de Arouca, cumprindo o método das cargas e descargas, tinha como finalidade o controlo do dinheiro e dos géneros que transpunham por diversos oficiais do mosteiro, possibilitando a informação regular sobre o estado económico-financeiro, bem como o controlo dos negócios do mosteiro e do seu endividamento.

Também o estudo de Araújo (2010) atendeu à contabilidade num contexto monástico. Com recurso a fontes de arquivo, o autor analisou os livros de contabilidade e outros documentos do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo, nos séculos XVIII e XIX. Adotando a perspetiva do poder de Foucault (1989), na identificação e observação das relações de poder, abordagem teórica que visa estudar determinadas formas de exercer o poder, onde a contabilidade tem um papel importante como meio de informação, e como meio através do qual esse poder pode ser exercido. Esta investigação consiste num estudo pormenorizado do conteúdo dos livros de contabilidade, como estavam estruturados, a ligação entre eles, como e a quem é que prestavam contas. Faz referência à proveniência das receitas, ao tipo de gastos da comunidade, à forma como administravam as suas propriedades, etc. O estudo explica ainda as práticas

contabilísticas adotadas pelo mosteiro, em articulação com o regime da fazenda e exigências emanados pelo arcebispo de Braga.

Num mesmo contexto religioso, Martins (2010) efetuou uma investigação com o objetivo de apresentar e descrever o sistema de contabilidade do Mosteiro de Santa Maria de Belém no seu último período de registo (1833), período antecedente à extinção das ordens monásticas em Portugal (1834). O sistema de contabilidade do mosteiro era organizado em cinco centros de atividade, cada um representado por um livro contabilístico que incluía uma inscrição inicial e uma final, a identificação do assunto do livro, as datas que começou a ser escrito e foi finalizado, bem como o nome dos monges que ordenaram o livro. Tratavam-se de ferramentas úteis para a análise económica. Porém, os monges não faziam uso do sistema de saída-entrada, nem do conceito das acumulações. Em vez disso, o mosteiro adotou uma contabilidade de base de caixa e o sistema de carga e descarga. O sistema contabilístico evidenciava sempre preocupação em manter o controle de recebimentos e pagamentos de todas as atividades.

Ainda num contexto religioso monástico, e recorrendo a uma revisão de literatura da história da contabilidade relativa a um período longo, que vai do século XV ao XIX, Sardonil et al. (2016) procuraram reconhecer a importância da contabilidade em diferentes mosteiros espanhóis. Em particular, este trabalho confirma um campo interessante de investigação da economia medieval, em torno da construção de uma teoria contabilística que explica o papel de cada elemento nessas instituições, realçando a informação complementar em relação ao local geográfico, à ordem e ao género dos membros de cada mosteiro.

No contexto da religião cristã, e mais particularmente no da Igreja Católica (Romana), existem estudos que também têm atendido à relação entre contabilidade e religião (e.g. Bigoni & Funnell, 2015; Gatti & Poli, 2014; Calvo, 2000; Hernández, 2007). Bigoni & Funnell (2015) estudaram o núcleo genealógico da administração no contexto da Igreja Católica num momento de grande crise no século XV, aquando da instituição das reformas do Papa Eugénio IV (1431–1447). A contribuição da contabilidade para o poder pastoral foi fundamental na restauração da posição e influência da Igreja, sendo uma das tecnologias que permitiu aos bispos controlar a diocese como um todo, bem como

subjugar os sacerdotes à autoridade dos bispos e, assim, administrar as dioceses de que eram responsáveis. As tecnologias empregues pelo poder pastoral eram usadas para alcançar o controlo e direção de "*omnes et singulatim*" (todos e cada um), alimentando o desenvolvimento da racionalidade que caracteriza a administração. Nestas tecnologias, o papel da contabilidade era um meio para reforçar o exercício do poder, concebido como uma prática social que envolve informação financeira e não financeira, a qual é moldada pelo seu contexto, e que por sua vez o influencia. Este estudo sobre a reforma religiosa de Ferrara contribuiu para a literatura através da projeção da contabilidade como uma tecnologia de poder para alcançar o controle e direção dos clérigos do século XV.

Dentro da mesma temática da Igreja Católica, Gatti & Poli (2014) estudaram o papel desempenhado pela contabilidade de acordo com o sistema de controlo e responsabilização instituído pelo Papa Clemente VIII, em 15 de agosto de 1592. Este sistema, intitulado de *Pro commissa Bull*, funcionava como uma tecnologia do governo, consentindo ao Papa, como chefe político e religioso dos Estados Papais, centrar o poder político, promovendo a mudança dos Estados Papais para a configuração de um Estado absoluto, e que pode ser considerada a primeira grande incorporação institucional do Estado moderno no início do período moderno. Este estudo revelou que as práticas contabilísticas eram essencialmente construtivas, não como um efeito passivo do ambiente, mas que funcionavam, em primeiro lugar, para o moldar, trabalhando o crescimento económico e, em segundo lugar, possibilitavam o controle político do poder dos governos locais em favor do poder do governo central.

Numa perspetiva fiscal, Hernández (2007) estudou o funcionamento dos impostos sobre a renda dos eclesiásticos, observando o caso particular da gestão da Diocese de Sevilha no século XVII. O autor investigou também os impostos aplicados pelo Papa ao Rei de Espanha, pelo uso dos serviços religiosos, com recurso a fontes primárias de arquivo das dioceses. Analisou o apuramento do imposto correspondente à Diocese de Sevilha, bem como o papel do ordinário diocesano na gestão do dízimo. A contabilidade era responsável por fazer a distribuição proporcional dos encargos fiscais entre os beneficiários, o que fazia com que houvesse partilha de informação financeira entre os ordinários de todas as dioceses. A informação sobre os rendimentos estimados fornece

aos investigadores uma ajuda na compreensão da situação económica destas instituições com regime fiscal específico.

Ainda em Espanha, Calvo (2000) analisou a organização administrativa, a documentação contabilística e o procedimento contabilístico, no período de 1753 a 1851, tendo como exemplo a Diocese de Canária. O autor evidenciou as relações estabelecidas entre as instituições e a diocese principal (patriarcado), e as conexões com o Estado. Com recurso a fontes primárias e secundárias, o autor estudou a ação dos câmbios económicos, as políticas entre as instituições, os procedimentos dos saques, a legislação que regulava as rendas e a atividade da diocese, tendo em consideração a Concordata da Santa Sé com a Casa Real Espanhola.

Após termos elaborado a revisão de literatura sobre estudos de contabilidade em contexto de organizações religiosas urge a necessidade de apresentarmos as lentes teóricas do presente estudo, as quais assentam fundamentalmente nas premissas da teoria institucional e desenvolvimentos subsequentes (Major et al., 2018).

## **2.2. Teoria institucional**

Nesta secção atendemos às premissas da teoria institucional, às relações de poder e solidez institucional, tendo em conta o papel da contabilidade e a sua influência nas relações internas e externas das organizações.

As instituições são sistemas de regras sociais que estruturam as interações sociais, que implicam um grau de estabilidade temporal estruturado de acordo com as estruturas de poder existentes dentro e fora das organizações. A teoria institucional considera que as organizações são influenciadas por pressões externas e internas. Sob certas condições, estas pressões levam as organizações a serem orientadas por elementos legitimados por procedimentos padrão, para a certificação profissional e para a exigência (Zucker, 1987). Por sua vez, Robalo (2014) refere que os investigadores em contabilidade têm adotado diferentes teorias, ou ramos da teoria institucional, para explicar processos de mudança, nomeadamente as seguintes três: new institutional economics (NIE), new institutional sociology (NIS), e old institutional economics (OIE). O autor refere que as teorias NIE e NIS têm sido adotadas para explicar como pressões externas, económicas e institucionais, influenciam práticas contabilísticas ao nível organizacional, enquanto que a teoria OIE

atende principalmente às pressões internas dentro da organização em estudo. Estas teorias têm em comum a presunção de que os procedimentos económicos são constituídos pelas instituições, existindo um argumento vigoroso e persistente contra os pressupostos fundamentais da economia neoclássica sobre maximização do lucro e equilíbrio económico (Johansson & Siverbo, 2009).

No entanto, estas teorias institucionais apresentam abordagens e pressupostos diferentes. A teoria NIE centra-se nas estruturas utilizadas para administrar transações económicas, tendo como princípio base uma extensão dos pressupostos da teoria neoclássica (Scapens, 2006), recusando a noção de racionalidade defendido pelos economistas neoclássicos, mas aceitando a noção de racionalidade limitada. Em contrapartida, as teorias OIE e NIS rejeitam a ideia de que os indivíduos podem racionalmente otimizar a utilidade e, ao contrário da teoria NIE, incorporam a importância da cultura e da sociedade na sua análise.

A teoria NIS emergiu do trabalho seminal de (Meyer & Rowan, 1977) e tem permitido explicar o porquê de algumas organizações que existem em ambientes altamente institucionais tenderem a ter comportamentos semelhantes. De acordo com a teoria NIS, as organizações tendem a seguir as estruturas formais e os procedimentos que são valorizados no seu ambiente social e cultural, com o objetivo de alcançar legitimidade e garantir os recursos que são essenciais para a sua sobrevivência (Ribeiro & Scapens, 2006). Ao fazê-lo, os seus comportamentos tornam-se isomórficos, isto é coercivo, normativo ou mimético (Meyer & Rowan, 1977; DiMaggio & Powell, 1983). O isomorfismo coercivo, ocorre quando resulta de uma imposição de um de soberania ou de gestão (e.g. código do direito canónico). Por sua vez, o isomorfismo mimético acontece quando, devido a experiências bem-sucedidas de práticas contabilísticas numa determinada organização, existe uma cópia total ou parcial dessas mesmas práticas por outra organização. A teoria institucional contempla ainda o isomorfismo normativo, o qual ocorre quando as práticas contabilísticas são influenciadas por atores externos à organização que são tidos como referência. É neste sentido que Carpenter & Feroz (2001) argumentam que existem organizações que adotam disposições e práticas de gestão que são consideradas legítimas por outras organizações, independentemente da sua utilidade real. A utilização cerimonial de informação contabilística tem sido amplamente explorada

por investigadores da teoria NIS, através do conceito *decoupling*, a qual ocorre quando as práticas de trabalho reais do quotidiano não seguem as estruturas formais e os procedimentos introduzidos para atender às pressões institucionais de diversos níveis (Meyer & Rowan, 1977; Ribeiro & Scapens, 2006).

No caso da teoria OIE, esta tem sido adotada por investigadores em contabilidade para explicar como a mudança nas práticas contabilísticas no seio de uma organização evoluem ao longo do tempo e por que evoluem dessa forma (e.g. Burns & Scapens, 2000; Contrafatto & Burns, 2013; Quinn, 2014; Robalo, 2014). Burns & Scapens (2000) criaram um *framework* de mudança organizacional, o qual tinha por base os pressupostos da teoria OIE, e através do qual seria possível os investigadores realçarem e explicarem as lacunas existentes entre as regras e as rotinas internas de contabilidade, bem como a ligação entre as instituições e as ações quotidianas dos membros de organizações específicas. Assim, os investigadores que adotam a teoria OIE em contabilidade concentram-se essencialmente na evolução da mudança, uma vez que procuram explorar em profundidade as pressões e limitações internas que afetam determinadas práticas contabilísticas em organizações específicas. No entanto, este tipo de investigação tem tido dificuldade em demonstrar como os agentes intra-organizacionais podem desencadear processos de mudança se estão imbuídos pelas rotinas e instituições que regem as suas atividades. Em contraponto, têm surgido estudos que têm demonstrando processos de mudança desencadeados e conduzidos por agentes intra-organizacionais que se suportam em ferramentas contabilísticas (e.g. Robalo & Gago, 2017; Hiebl, 2018).

Por sua vez, Ribeiro & Scapens (2006) exploraram as influências institucionais internas e externas, ou seja, as inter-relações entre as teorias OIE e NIS. Os autores argumentam que a consideração conjunta das duas teorias possibilita uma compreensão mais abrangente sobre os processos da mudança em contabilidade, incluindo os processos que levam à introdução de novas perspetivas de contabilidade de gestão e os processos subsequentes envolvidos na implementação e/ou resistência a essas novas perspetivas. No mesmo sentido, o estudo de Robalo (2014), que teve como objetivo contribuir para a literatura de mudança da contabilidade mediante a aplicação da teoria OIE, argumenta que as pressões externas e internas, ou a falta delas, devem ser consideradas ao longo

do tempo e não só nos estágios iniciais da gestão de processos de mudança de contabilidade.

A teoria institucional tem assim potencial para se entenderem processos de mudança nas organizações e no seu meio envolvente. Major & Ribeiro (2017) afirmam que o meio envolvente das organizações é composto por elementos culturais, normativos e cognitivos que exercem pressão para a adoção de determinadas práticas contabilísticas pelas organizações. Por sua vez, os atores organizacionais são agentes importantes, tanto nos processos de institucionalização de novas práticas contabilísticas como na sua extinção. E os empreendedores institucionais são os responsáveis pela direção do poder, através dos quais poderão ocorrer mudanças organizacionais significativas.

As instituições estão sujeitas a potenciais arenas de mudança. As ideias diferentes supõem a ascendência onde uma inflexão diferente na interpretação/mudança para as regras existentes. A adoção do centro de responsabilidade, envolve um circuito complexo de relações de poder e níveis hierárquicos para compreender a dinâmica e os processos de mudança nas instituições (Major et al., 2018). Cada processo de institucionalização acarreta que as instituições sejam construídas através de normas, regulamentos, procedimentos que moldam os comportamentos dos atores organizacionais, proporcionando estabilidade e solidez.

No âmbito das organizações religiosas, a teoria institucional tem sido adotada por vários autores para investigar os sistemas de gestão e contabilidade (e.g. Gatti & Poli, 2014; Bigoni & Funnell, 2015; Araújo, 2010; Oliveira, 2003). Recorrendo a uma abordagem teórica institucional e comparativa, Gatti & Poli (2014) exploraram a relação entre contabilidade e a governação Papal, como um Estado, colaborando para a investigação em história da contabilidade de cariz institucional. Os autores demonstraram a contabilidade a funcionar como uma tecnologia ao serviço do governo Papal, permitindo a centralidade do poder e promovendo a mudança dos Estados Papais para a configuração de um Estado absoluto.

Tendo como unidade de análise a diocese italiana de Ferrara para estudar o impacto da reforma promovida por Eugénio IV, também Bigoni & Funnell (2015) defendem a tese da contabilidade como uma tecnologia ao serviço dos bispos, os quais tentaram restabelecer

o poder pastoral para combater condutas dos sacerdotes. Os autores consideram que a contabilidade da Diocese de Ferrara, no século XV, não serviu somente ao propósito do valor dos bens da Igreja Católica, garantindo uma melhor rentabilidade de dinheiro ou mesmo avaliando saídas de caixa e influxos para informar as decisões financeiras. Os autores fornecem evidência de que a contabilidade era uma importante tecnologia moldada pelo poder pastoral, cujo objetivo era "moldar o comportamento" dos sacerdotes, tornando-os conscientes dos fins da reforma dos bispos e possibilitando o reavivamento do poder pastoral. A visão da contabilidade com instrumento de poder foi também defendida por Araújo (2010). O autor identifica as relações de poder empregues pelo responsável do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo e o controlo à distância exercido pelo arcebispo de Braga através da análise dos livros de contabilidade e contas.

No setor religioso a influência política e governamental tem um forte impacto na adoção de práticas contabilísticas de gestão, quer ao nível de instrumentos de difusão quer ao nível de obstáculos de adoção e de implementação. No entanto, é de ter em conta que nas organizações religiosas existem sistemas de governo institucionalizados que podem levar à não mudança. Por exemplo, recorrendo à teoria institucional, Oliveira (2003) demonstram como o sistema contabilístico do Mosteiro de Arouca, passou ao lado das reformas pombalinas, assentando no facto de o mesmo satisfazer os objetivos dos governantes da Congregação de Alcobaça, à qual o mosteiro de Arouca e todos os mosteiros cistercienses portugueses reportavam. Com recurso a uma abordagem teórica de isomorfismo das instituições, interpretam que o sistema contabilístico se ajustava à repartição funcional de tarefas, no âmbito do sistema hierárquico de administração e do quotidiano económico característicos da cultura do mosteiro.

### **3. Metodologia de investigação**

Dado o objetivo em investigar a influência das práticas contabilísticas no processo de criação da Diocese de Santarém, compreendido no período de 1956 a 1975, este estudo adota uma metodologia de investigação qualitativa, analisando o referido processo nas suas diferentes fases, com recurso a documentos e a entrevistas semiestruturadas. Um trabalho de investigação qualitativa comporta interpretar os sistemas sociais como fenómenos socialmente construídos, que podem sofrer mudanças em resultado das

ações dos indivíduos que pertencem a um contexto social específico (Vieira et al., 2017). Admitimos também que uma investigação em história da contabilidade só é possível com base em arquivos, mas com a lucidez de que as fontes de evidência primárias têm de ser interpretadas de acordo com o contexto específico em que o objeto de estudo opera, no espaço e no tempo.

Para explicar a influência das práticas contabilísticas no processo de criação da Diocese de Santarém, recolhemos e analisámos evidência proveniente de fontes de evidência primárias e secundárias. As fontes de evidência primárias consistiram em documentos produzidos por diferentes atores durante o referido processo, que decorreu entre 1956 e 1975 (ver Apêndice A). Assim, as principais fontes de evidência primárias incluíram o Memorandum de 1956 sobre a diocese, as comunicações com o Núncio Apostólico entre 1956 e 1957, os documentos relacionados com o Concílio Ecuménico Vaticano II (1962-1966), o decreto de criação da comissão preparatória para a reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa (1966) e os relatórios sociais produzidos por esta comissão, o relatório em ordem para a criação da diocese (1970), o pedido de divisão do Patriarcado para a criação de novas dioceses (1971), a Ata da assembleia plenária da Conferência Episcopal do Patriarcado de Lisboa (1971) e Bula de ordenação para a criação da diocese de Santarém (1975).

As fontes de evidência secundárias consistiram em entrevistas realizadas com o objetivo de complementar as fontes de evidência primárias. Foram realizadas entrevistas a vários administradores do património diocesano: bispo emérito da diocese; ecónomo diocesano; e outros responsáveis envolvidos (ver Apêndice B). Foi entrevistado em primeiro um presbítero de conhecimento pessoal, como responsável imediato pela comunidade dos pré seminaristas, com o encargo de quatro paróquias, atribuídas pelo atual bispo diocesano. Em resultado desta entrevista, decidiu-se entrevistar o padre que foi vice-reitor e responsável pelo Seminário no momento anterior à criação da diocese, e que assistiu a todo o processo. Após a criação da diocese, este padre ficou a auxiliar o bispo diocesano na administração da mesma. Esta entrevista foi extremamente relevante em virtude de o entrevistado ter testemunhado in loco o processo de criação da diocese. Posteriormente, foi decidido entrevistar o ecónomo diocesano, o qual é responsável pelo departamento da administração diocesana, que integra os serviços orientados para a

gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros de que a diocese dispõe para a realização da sua missão pastoral: gestão orçamental, gestão do património, tesouraria, contabilidade, e fundo diocesano do clero. Após se ter voltado a analisar conjuntamente a evidência recolhida, decidiu-se entrevistar a arquivista da diocese de Santarém, a qual é nomeada pelo respetivo bispo, e tem a tarefa de promover a salvaguarda do património documental da Diocese de Santarém, em todas as suas vertentes, através da sua identificação, caracterização, conservação, valorização, investigação e divulgação, entre as suas valências e, nos termos do Decreto fundacional, o domínio do Património Cultural Imaterial da Diocese de Santarém. Seguindo-se a mesma metodologia, decidiu-se entrevistar o bispo emérito D. Manuel Pelino, bispo da Diocese de Santarém desde janeiro de 1998, por falecimento do primeiro bispo desta diocese, D. António Marques. Tendo resignado em 2017, D. Manuel Pelino foi o segundo responsável de topo por este território diocesano, tendo desempenhado um relevante papel na atualização do código de administração dos bens da diocese de Santarém. Após a análise da entrevista a D. Manuel Pelino, mais tarde foi feita uma nova entrevista à arquivista da diocese para clarificar alguns aspetos.

O processo das entrevistas foi iterativo, em que cada nova entrevista que foi agendada teve em consideração uma revisão da evidência recolhida das entrevistas precedentes e de evidência do vasto conjunto de documentos recolhidos até à data da entrevista. Embora as entrevistas fossem semiestruturadas, aos entrevistados foi dada a oportunidade de falarem sobre temas relacionados, na tentativa de estimular o surgimento de novas perspectivas.

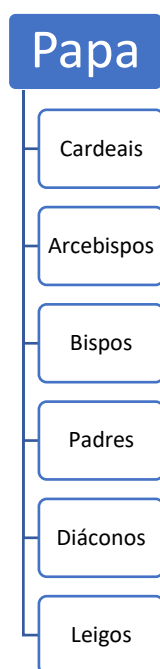
O processo de análise da informação recolhida nesta investigação assentou em três etapas (Miles & Huberman, 2014). Em primeiro lugar, a informação recolhida a partir dos documentos e das entrevistas foram codificados e agrupados de acordo com a sequência de eventos do processo de criação da Diocese de Santarém, e categorias foram formadas de acordo com cada tipo de agentes institucionais. O objetivo aqui foi alcançar ordem e significado da informação recolhida. Em segundo lugar, esses dados foram organizados para identificar padrões através das lentes da teoria institucional. Por último, foram retiradas e verificadas as conclusões.

## 4. Contextualização do processo de criação da Diocese de Santarém

### 4.1. Estrutura organizacional da Igreja Católica

A Igreja Católica, também conhecida como Igreja Católica Romana, é uma organização religiosa que apostoliza a religião cristã no mundo de acordo com ensinamentos de Jesus Cristo. A Igreja Católica está presentemente sob o domínio do sucessor do Apóstolo São Pedro, Sua Santidade o Papa, Bispo de Roma, sendo gerida pela Santa Sé, com sede no Estado do Vaticano. Esta organização religiosa é administrada pelo Código de Direito Canónico e apresenta uma clara organização hierárquica (ver Figura 1).

**Figura 1: Hierarquias na Igreja Católica**



Fonte: Adaptado do Catecismo da Igreja Católica

Os bispos são elementos da Igreja Católica que obtiveram o grau mais alto do sacramento da Ordem (sacramento que o coloca ao serviço da Igreja Católica), sendo representantes dos doze Apóstolos de Jesus Cristo, tendo ao seu encargo: santificar, lecionar e administrar o povo de Deus, de acordo com o Catecismo da Igreja Católica. O bispo diocesano tem a seu cargo uma diocese que lhe é confinada pelo Papa, tendo ao seu dispor a colaboração dos padres. Contudo, é a sua autoridade que representa a diocese nos assuntos jurídicos e é a Cúria Diocesana ou Conselho para os Assuntos Económicos

que está responsável por toda a administração da diocese. Nas dioceses podem coabitar com o bispo diocesano os bispos eméritos e os bispos auxiliares.

Por sua vez, os bispos podem ser arcebispos ou cardeais. Os arcebispos têm poderes de supervisão e jurisdição de uma arquidiocese, que é sede de uma província eclesiástica, da qual fazem parte várias dioceses. Já os cardeais são bispos nomeados pelo Papa, como representantes da Igreja Católica em todo o mundo, formando o Colégio dos Cardeais, e têm responsabilidades na assessoria direta ao Papa para a solução de questões organizacionais e administrativas da Santa Sé, e são mutuamente responsáveis pela eleição do Papa. Em algumas situações, os arcebispos tornam-se cardeais-patriarcas. Por exemplo, em Portugal o título de cardeal-patriarca é atribuído ao prelado de Lisboa. A Diocese de Lisboa foi elevada à condição de arquidiocese metropolitana em 1393, e tornou-se Patriarcado numa circunscrição eclesiástica da Igreja Católica em 1716, o que consubstancia a máxima dignidade honorífica atribuível pela Igreja Católica a uma arquidiocese. Com a atribuição da dignidade patriarcal ao arcebispo de Lisboa, por privilégio concedido por bula pontifícia (documento passado pelo Papa, com força de lei eclesiástica, pelo qual se concedem graças e indulgências), o arcebispo e patriarca de Lisboa é sempre nomeado cardeal-patriarca pelo Papa no primeiro consistório, com a condição de cardeal eleitor.

Também conhecidos como padres, os presbíteros são colaboradores dos bispos e têm como missão proclamar a Palavra de Deus. O presbítero, a quem é confiada uma paróquia, deve assegurar o serviço pastoral exercendo funções de ensinar, pregar, gerir, representar em todos os assuntos jurídicos, administrar todos os bens da paróquia de acordo com o estabelecido no Código de Direito Canónico. As paróquias são o núcleo da estrutura territorial da Igreja Católica. Tratam-se de comunidades de fiéis, constituídas no contexto de uma diocese. As paróquias gozam, de acordo com o artigo 207º do Código de Direito Canónico, de personalidade jurídica e a supressão ou modificação de paróquias é da competência exclusiva do bispo diocesano. Pelo sacramento da ordem sacerdotal, não há nenhuma diferença entre padre, cônego ou monsenhor. Os títulos de cônego e monsenhor são de homenagem e reconhecimento por serviços prestados à Igreja Católica e não indicam a posse de nenhum cargo ou posição hierárquica. O título de monsenhor é também usado para o padre enquanto ele não é ordenado bispo. Antes das

reformas conciliares, os monsenhores tinham a função de conselheiros do bispo. Após estas reformas, os bispos passaram a contar com diversos conselheiros, que são formados por representantes de todo o clero, ou seja, representantes dos três graus de sacramento da ordem sacerdotal: bispo, presbítero e diácono.

Os diáconos estão no grau inferior do sacramento da Ordem, sendo estes ordenados para a prestação de serviços e não para o sacerdócio. Os diáconos estão incumbidos do serviço da palavra, liturgia e caridade. Sob a observação de um padre, o diácono também pode realizar algumas cerimónias religiosas.

Por último, os leigos podem ser todos aqueles que pela fé cristã e pelo batismo fazem parte do povo de Deus. Os leigos são fiéis que prestam auxílio na comunidade e, principalmente, prestam auxílio ao pároco na prestação dos seus serviços pastorais.

#### **4.2. Contexto económico-social e político em Portugal entre 1956 e 1975**

Em Portugal, a Conferência Episcopal Portuguesa é a entidade representativa da Igreja Católica, a qual é composta por todos os bispos das dioceses portuguesas. No contexto económico-social, as dioceses desempenharam sempre um papel muito relevante na economia portuguesa. Esta relevância pode ser observada através do número de organizações envolvidas, do número de pessoas que emprega, e da forma de gestão e aplicação dos seus recursos (Madaleno, 2013). As dioceses têm desempenhado também funções de economia social, pois têm fornecido bens ou serviços, na sua generalidade gratuitos ou a preços pouco significativos. Dado serem organizações sem fins lucrativos, adotam o princípio da não repartição de lucros, sendo as pessoas singulares os beneficiários dos serviços prestados. Os seus principais recursos têm diversas origens, que vão desde propriedades de investimento, muitas oriundas de donativos por parte dos fiéis, a vendas, a tributos voluntários em espécie ou em dinheiro, a tributos das fábricas da igreja, a missas consignadas, a renúncias, a peditórios, a instituições sociais como misericórdias, hospitais e colégios (Monzón & Chaves, 2008).

Relativamente ao período do presente estudo, há a registar também alterações significativas na economia portuguesa. Nos anos cinquenta, bem como no início dos anos 60, quando Portugal assinou a convenção de Estocolmo que instituiu a Associação

Europeia de Comércio Livre, os fluxos comerciais com os países estrangeiros cresceram mais do que os registados com as colónias portuguesas.

Este período ficou ainda marcado pelo começo das guerras coloniais nos territórios portugueses em África. Os efeitos das guerras coloniais e a pobreza levaram a que a emigração anual aumentasse cinco vezes mais entre 1960 e 1970 e a consequência disto foi a insuficiência de mão-de-obra, também resultado da ampliação do contingente militar nas guerras coloniais. Neste contexto, o crescimento económico e subdesenvolvimento social tinha um elo fraco que residia na continuação da guerra colonial e na total incapacidade do regime de Caetano para encontrar solução política (Murteira, 1986). Este simples facto explica a racionalidade fundamental da revolução de abril de 1974.

No contexto político, isto é, na relação entre o Estado português e a Santa Sé, é reconhecido no nº1 do artigo 41º da Constituição da República Portuguesa o direito de liberdade de consciência, de religião e de culto. A Constituição da República Portuguesa reconhece ainda, no seu n.º 4 do artigo 41.º, a separação entre Estado e comunidades religiosas, sendo estas livres de se organizarem e exercerem as suas funções e culto. A Santa Sé está provida de personalidade jurídica de direito internacional, mantendo boas relações diplomáticas com os países por via da Nunciatura Apostólica. As origens da Nunciatura Apostólica em Portugal remontam ao século XV, quando foi nomeado o primeiro Núncio apostólico como representante diplomata da Santa Sé, com o título eclesiástico de arcebispo.

Existem profundas conexões históricas entre a Igreja Católica e o Estado português. Estas conexões resultam das mútuas obrigações que os unem, no âmbito da liberdade religiosa, do serviço do bem comum e do empenho na construção de uma comunidade que progrida a dignidade da pessoa humana, a justiça e a paz. Portugal e a Santa Sé vincularam relações em maio de 1940, convocando uma convenção que foi formalizada por uma concordata que rege, no seu artigo 1º, que a República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica, ostentando relações amigáveis formalmente garantidas na forma tradicional com recurso a Núncio Apostólico em território português e a um embaixador da República Portuguesa na Santa Sé.

A Concordata de 1940, na qual se consagrou a livre atividade da Igreja Católica e das suas organizações na esfera religiosa, garantiu o direito a “organizar-se livremente de harmonia com as normas do Código de Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica” (artigo 3º). Foi garantido o livre de exercício de todos os atos de culto (artigo 16º), bem como a liberdade de ordenação relativa à administração e comunicação entre a Santa Sé, o episcopado nacional e os fiéis (artigo 2º). A Igreja Católica recebeu uma considerável ajuda material, ainda que indiretamente. As paróquias e os seminários foram isentos de toda a tributação nacional e local, ficando isenta de impostos sobre donativos e honorários. Contudo, embora reconhecesse e garantisse a liberdade da Igreja, esta concordata salvaguardava os legítimos interesses da nação portuguesa.

Mas na relação do Estado português com a Santa Sé existiram alguns momentos críticos. Por exemplo, os anos de 1958 e 1959 ficaram marcados por uma grave crise nas relações entre o Estado Português e a Igreja Católica, que ficou bastante restringida a uma posição defensiva, beneficiando a renovação de pontificado. O eclodir das guerras em África teve um grande impacto na crise sentida e o paradigma de que Portugal é um país católico levou à não compreensão da Igreja Católica relativamente ao facto estar envolvido nas guerras coloniais (Simpson, 2012). É ainda de referir que foi também neste contexto que decorreu o processo de criação da Diocese de Santarém, cuja análise do mesmo será apresentada no próximo capítulo.

## **5. Processo de criação da Diocese de Santarém**

### **5.1. A contabilidade nas paróquias da região pastoral de Santarém**

As prestações de contas das paróquias da região pastoral de Santarém eram realizadas em regime de caixa e de acordo com as exigências de relato da Santa Sé e da Diocese de Lisboa. A estrutura de relato de cada paróquia compreendia um “Mapa de receitas e despesas”, um “Mapa de orçamentos das despesas e receitas da paróquia”, um “Mapa de inventários” e um “Mapa de registo simples da cobrança de rendas de propriedades”. Os mapas eram utilizados primeiramente para prestar as contas individuais de cada paróquia da região pastoral de Santarém e, após recolhas de todas as informações financeiras destas paróquias, eram efetuados mapas de informação agregada que eram

enviados à Diocese de Lisboa. É neste contexto que um dos entrevistados afirmou que *“as paróquias da região pastoral de Santarém reportavam os elementos financeiros nos mapas ao Patriarcado de Lisboa que era a sede de diocese, assim como reportava o Seminário como organismo de formação e ensino”*.

Cada um destes quatro mapas apresentava rubricas de informação financeira, cujas descrições podem ser consultadas no glossário apresentado no Apêndice C. O “Mapa de receitas e despesas”, como a designação indica, fazia a compilação de todas as receitas e despesas das paróquias, contabilizadas mensalmente e anualmente (ver Tabela 1). Era uma importante peça contabilística para a análise e a aprovação de contas anuais, bem como de controlo mensal. Nele são comunicadas as receitas e as despesas, diferenciadas de acordo com o plano de contas diocesano, bem como o saldo presente. Vários entrevistados consolidam o facto de que este mapa era estruturado de igual forma para as paróquias e para a Diocese de Lisboa (ver também Apêndice D). A conexão entre as receitas e as despesas reflete as informações operacionais da administração paroquial sobre o seu desempenho financeiro num dado período de tempo. Estas informações eram essenciais, pois refletiam a real situação das entidades paroquiais, e diocesana, o que permitia apoiar nas decisões financeiras e económicas que tinham de ser tomadas.

**Tabela 1: Mapa de receitas e despesas**

<u>RECEITAS</u>	<u>DESPESAS</u>
ATOS PAROQUIAS	ORDENADOS
OFERTÓRIOS DE MISSA	ENCARGOS SOCIAIS
CAIXA DE ESMOLAS	LIVROS E REVISTAS
RECEITAS DIVERSAS	CORREIO
RENDIMENTOS DE BENS IMÓVEIS E MÓVEIS	ÁGUA
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	LUZ
RECEITAS CONSIGNADAS	OBRAS E REPARAÇÕES
EMPRÉSTIMOS	CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
OUTROS	SEGUROS
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS
	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
	SUBSÍDIOS
	EXPEDIENTE
	DIVERSOS
	DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS
	PAGAMENTOS DA CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS

Uma outra peça contabilística que era utilizada pelas paróquias era o “Mapa de orçamentos das despesas e receitas paróquia” (ver Apêndice E). Este mapa previa a boa gestão de todos os bens da paróquia no ano seguinte. Este mapa era também utilizado para aprovação de construção ou grande reparação de igrejas ou outros imóveis. Um dos entrevistados realçou que este *“era um mapa menos utilizado pelas paróquias que compreendiam os fiéis com fracos rendimentos”*.

O “Mapa de inventários” era também um instrumento contabilístico adotado na prestação de contas das paróquias. Nele eram registados todos os bens móveis e imóveis que constituíam o património das paróquias da região pastoral de Santarém que pertencia ao Patriarcado de Lisboa (ver Apêndice F). Os bens eram pormenorizadamente inventariados, com indicação do seu valor matricial (mero valor teórico), histórico e artístico. Os inventários não demonstravam o valor numérico de cada ativo com fins lucrativos, mas sim a referência descritiva e valor espiritual que cada um tinha. Havia uma enumeração dos bens ao máximo detalhe possível, mas considerado pelo valor artístico que tinham, quando se tratava de uma peça de arte, uma escultura, uma igreja ou um monumento. Em muitos casos, o património da Igreja é classificado como sendo de valor imensurável. Um dos entrevistados reforçou a importância deste mapa e transmitiu-nos que o responsável pela contabilidade da diocese, denominado de ordinário diocesano nesse período, *“analisa o património móvel e imóvel das paróquias e verificava o estado dos mesmos, e como deveriam ser recuperados, de forma a valorizar o bem e a estimar quanto este renderia à diocese, e que tipo de despesa poderia ser coberta por esses rendimentos”*.

Por último, e fazendo parte do conjunto das suas peças contabilísticas, as paróquias utilizavam o “Mapa de registo simples dos rendimentos dos bens móveis e imóveis” (Apêndice G). Um dos entrevistados reforça a existência de outras atividades para além das religiosas, afirmando que *“algumas paróquias têm atividades instrumentais de carácter não lucrativo ou lucrativo, como o aluguer de propriedades, ficando obrigadas ao cumprimento de obrigações contabilísticas, declarativas e fiscais, bem como à prestação de contas em regime de caixa”*. É de referir que a Igreja Católica não compra bens. Todo o património que tem

provem de doações de fiéis e dos legados pios a quem a Igreja Católica deve cumprir deveres de acordo com as leis do Código de Direito Canónico a eles associadas, de forma a que as obrigações associadas às doações dos bens sejam cumpridas.

Atendendo à evidência recolhida através de documentos e entrevistas, podemos concluir que o processo de análise das contas e da situação financeira de cada paróquia era realizada com base nestas quatro peças contabilísticas que suportavam a aprovação das contas anuais. As informações financeiras que eram enviadas para a diocese pelas paróquias eram produzidas por um secretário e por um tesoureiro, sobre orientação do presbítero. A aprovação de contas da diocese implicava a elaboração de uma ata da respetiva reunião. Por sua vez, a cada período de cinco anos, a diocese tinha de enviar um relatório à Santa Sé, o qual reporta uma série de informações respeitantes a todos os tipos de atividades da diocese, entre as quais as respeitantes às atividades financeiras (as atas de aprovação de contas). Também a cada período de cinco anos, o bispo diocesano reunia-se com o Papa para dar conhecimento da situação geral com que se deparava a diocese e os seus fiéis.

## **5.2. Os primeiros sinais para a criação da Diocese de Santarém**

Os primeiros sinais para a criação da Diocese de Santarém remontam ao ano de 1956, por iniciativa do padre Júlio d'Oliveira Boturão, pároco no distrito de Santarém. No decorrer da sua atividade pastoral, o padre Júlio Boturão manifestou sempre um especial interesse por conhecer bem a região do Ribatejo. Ao avaliar o que sucedia e observava nas suas paróquias, o padre Júlio Boturão estava cada vez mais convicto de que uma das causas da maior parte dos insucessos, no campo religioso, tinha a sua origem na grande distância a que se encontravam as paróquias do centro da Diocese de Lisboa, enfatizado que sem a presença episcopal a assistência paroquial tendia a ser menos eficiente. Pelo que, atendendo às informações recolhidas durante o seu serviço pastoral, o padre Júlio Boturão tinha a expectativa de criação de uma diocese em Santarém. Neste sentido, tomou a iniciativa de enviar uma notificação, datada de 20 de outubro de 1956, dirigida ao Núncio Apostólico em Lisboa. Nessa notificação expôs a necessidade de criar uma diocese em Santarém, fundamentando-se no seu trabalho de análise e investigação que designou de "Memorandum". Ao finalizar a notificação o padre Júlio Boturão

disponibilizou-se a enviar este memorandum referindo o seguinte: *“Tomei então uma decisão, embora ousada: - Escrever a V<sup>ª</sup> Ex<sup>ª</sup> Rvm<sup>ª</sup>, para que esse Memorandum, se assim o entendesse, subisse até à Santa Sé, a fim de o assunto ser ponderado superiormente, para que, no caso de não ser criada uma Diocese, com sede na Província do Ribatejo (o que seria o ideal), ao menos se tornasse efectiva a presença dum bispo na cidade de Santarém[.]”*.

O memorandum acabou por ser enviado mais tarde à Nunciatura Apostólica de Lisboa a 11 de dezembro de 1956. Nele defendia-se a criação de uma diocese em Santarém, destacando-se a relevância da proporção episcopal, a necessidade de um bispo mais próximo das comunidades. De forma a mostrar toda a sua investigação, este memorandum estava estruturado em capítulos, nomeadamente um capítulo introdutório com uma resenha histórica, outro sobre a abordagem diocesana, e um outro que apresentava um conjunto de mapas e esquemas distintos, que continham informação sobre as denominações dos concelhos e freguesias, as densidades populacionais, as assistências religiosas, e as respostas de organizações públicas e privadas aos ofícios de circulação. Estes ofícios haviam remetidos pelo padre Júlio Boturão para diversas organizações, públicas e privadas de todos os concelhos pertencentes ao distrito de Santarém, por forma a recolher todo o tipo de informações que pudesse justificar a necessidade de existir uma diocese em Santarém.

A 18 de janeiro de 1957 foi emitida uma nova notificação ao Núncio Apostólico em Lisboa, informando que o Memorandum já tinha sido entregue e que se verificava uma oposição por parte do clero à criação de uma diocese em Santarém e, em particular, dos elementos que compunham o Seminário, que era um colossal motor de presunção para o Ribatejo. Um dos entrevistados salienta que *“o padre Júlio embora tivesse uma vasta ação pastoral e pelos seus estudos de campo, era uma pessoa bastante culta, contudo tinha efeito junto da comunicação social o que acabou por não obter resposta positiva”*. Apesar de o padre Júlio Boturão não ter conseguido uma resposta positiva para desencadear a criação de uma diocese em Santarém, todo o seu trabalho e notificações trocadas com a Nunciatura Apostólica não foram em vão. Mais tarde, na reestruturação do Patriarcado, decorrente dos efeitos do Concílio Vaticano II, uma das sugestões de modificação foi a criação da Diocese de Santarém. Por isso, na próxima secção atendemos a outras pressões institucionais e à relevância da contabilidade no processo de criação desta diocese.

### 5.3. Surgimento de outras pressões institucionais no processo de criação da Diocese de Santarém

Como evidenciado na secção anterior, a criação da Diocese de Santarém resultou da ocorrência de factos que surgiram uns anos após os trabalhos iniciados pelo padre Júlio Boturão, nomeadamente o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, que decorreu entre 1962 e 1965. O Concílio Vaticano II refletiu o propósito de inovação pastoral da Igreja Católica, tendo uma influência na decisão de reestruturar o Patriarcado de Lisboa e, conseqüentemente, na criação da Diocese de Santarém.

O Concílio Vaticano II destacava a carência de rever os limites territoriais das dioceses e das regiões eclesíásticas em serviço de uma maior eficiência do desempenho do ministério pastoral da Igreja Católica. De acordo com Fontes (2012), esta era uma questão que atravessava a Igreja Católica desde o século XIX, ocorrendo num momento particular da história do mundo, num pós segunda-guerra mundial, caracterizado por grandes transformações sociais e políticas. O autor refere que o mundo estava num processo de frísada modernização e, culturalmente, aparentava distanciar-se da Igreja Católica em muitos aspetos. Assim, a Igreja Católica sentiu necessidade de refletir a sua imagem no mundo e, particularmente, a sua identidade e a sua missão. A intuição de Sua Santidade, o Papa João XXIII, quando determinou a convocação do Concílio Vaticano II em 1959, era para proceder a algumas modificações na estrutura interna da Igreja Católica, particularmente a aprovação de um novo código de direito canónico, que substituísse o que havia sido aprovado em 1917.

A Igreja Católica portuguesa esteve representada neste Concílio por praticamente todos os seus bispos. Mas o Episcopado português demonstrava pouco entusiasmo na renovação da Igreja Católica. Em verdade, D. Manuel Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa, foi sempre reticente à vinda de todos os movimentos de origem estrangeira, com o argumento de que a ação católica portuguesa supria as necessidades. Porém, esta ação católica do Concílio Vaticano II, contribuiu para o reconhecimento do apostolado dos leigos, permitindo melhor ação pastoral (Mafra, 1997).

Um dos efeitos do Concílio Vaticano II foi a reestruturação do Patriarcado de Lisboa, a qual teve influência direta na criação da Diocese de Santarém. Como refere um dos

entrevistados, este Concílio “exigia a reestruturação diocesana para se ter uma gestão e ação pastoral eficiente”. Assim, o Patriarcado de Lisboa sentiu a necessidade de acompanhar esta transformação na Igreja Católica, dispondo de uma presença eclesial especializada e capacitada para mobilizar e integrar uma diversidade de propostas e meios para evangelizar os vários ambientes sociais, dado que a estagnação pastoral provocava mal-estar no clero e leigos. Por incentivo do cónego Manuel Falcão, D. Manuel Cerejeira proclamou, em 18 abril de 1966, o “Decreto de criação de comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa”, com a nomeação do cónego Manuel Falcão e dos padres Álvaro Proença, José Alves de Lisboa, José Serrazina e Manuel Joaquim Branco. Esta Comissão ficou responsável por analisar a melhor forma de reestruturar o Patriarcado de Lisboa, com recurso à criação de órgãos de consulta de ação pastoral, de acordo com os documentos do Concílio Vaticano II, bem como à divisão do Patriarcado e previdência do clero (garantia de sustentação dos sacerdotes doentes, inválidos ou idosos). Após completar o primeiro relatório, denominado de “Relatório social da Comissão preparatória para a reestruturação do Patriarcado de Lisboa”, a referida Comissão remeteu-o, a 6 de maio de 1966, ao cardeal-patriarca D. Manuel Cerejeira. Este relatório reunia as informações das linhas gerais num programa de ação e apresentava ainda reflexões e sugestões no que se refere à divisão em regiões pastorais, a qual tinha em consideração a existência de recursos económico e financeiros adequados nas mesmas.

Foi ainda realizado um segundo relatório, o qual foi enviado D. Manuel Cerejeira a 26 de maio de 1966. O primeiro ponto deste relatório foi dedicado à criação de quatro regiões pastorais no Patriarcado de Lisboa, tal como foi debatido no primeiro relatório, mas a comissão ressaltava que a divisão se efetuasse por fases. Assim, na primeira fase, sugeria-se a criação das quatro regiões Pastorais: Lisboa-Cidade, Lisboa-Província, Setúbal e Santarém. A 29 de maio 1966, o cardeal-patriarca D. Manuel Cerejeira emitiu o “Decreto para a reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa”, tendo em conta os relatórios da Comissão Preparatória. D. Manuel Cerejeira anunciou aos diocesanos algumas medidas de governo pastoral que conduziriam à renovação do Patriarcado, modificações desejadas por toda a Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II. Mais tarde, a 16 de julho de 1966, após a publicação do Decreto, D. Manuel Cerejeira publicou a “Provisão de

designação de responsáveis das regiões pastorais” recém-criadas, de forma a preparar todo o clero para a primeira assembleia do clero do Patriarcado de Lisboa e a tornar menos pesada a atividade pastoral (Falcão, 1990).

Em consequência da referida reestruturação, sentiu-se a necessidade da realização de uma primeira assembleia do clero de Lisboa. Esta assembleia realizou-se entre 26 de setembro a 1 de outubro de 1966 e juntou cerca de 120 padres do Patriarcado de Lisboa. A assembleia teve vários assuntos na sua ordem de trabalhos: os princípios de renovação pastoral; a constituição e sugestões de funcionamento do conselho presbiteral e criação do conselho pastoral; a atualização pastoral do clero; e a criação de um sistema de previdência e assistência do clero idoso, inválido ou doente da diocese. No penúltimo dia de trabalhos dedicado à pastoral da região e zona, preenchido com a leitura de sete comunicações sobre a disposição socio-religiosa e questões pastorais das distintas zonas, competiu ao padre António Onofre descrever a região de Santarém. Tendo por base os numerosos cartogramas e vários aspetos da vida socio-religiosa desta região, em parte rural, constatava-se uma regressão demográfica. Tomar e Torres Novas, que eram das zonas mais praticantes de todo o Patriarcado, ressentiam-se da evolução social, começando a verificar-se a diminuição da prática religiosa.

Os trabalhos seguiam a um ritmo lento. Não há evidência de terem sido realizadas novas reuniões ou trabalhos de ordem da reestruturação do Patriarcado até ao primeiro dia de janeiro de 1967, aquando da emissão do “Decreto sobre o redimensionamento pastoral do Patriarcado de Lisboa”. Este decreto pretendia manter e completar o estabelecido em maio de 1966, com modificações na parte da divisão da região pastoral de Santarém. Passados dez meses deste decreto, a 18 de novembro de 1967, ocorreu uma medida imperiosa e importante, que foi a criação do conselho presbiteral. Este conselho prestava apoio ao cardeal-patriarca de Lisboa no desenvolvimento dos projetos da criação das novas dioceses. Passaram-se quatro anos desde o decreto para a reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa, emitido a 29 de maio de 1966, e eram evidentes os atrasos no plano de ação pastoral do Patriarcado de Lisboa. Após a reunião do conselho presbiteral, decorrida de 1 a 3 de junho de 1970, retomaram-se os trabalhos para a criação das novas dioceses. A fase seguinte deste processo seria cumprir os requisitos que permitiriam formalizar o pedido à Santa Sé, a qual será apresentada na próxima secção.

#### 5.4. A formulação do pedido de criação da Diocese de Santarém à Santa Sé

Entrou-se numa fase mais avançada do processo de criação de uma diocese em Santarém. No entanto, voltou a ser necessário proceder à recolha de informações, nomeadamente informações de natureza contabilística. O cónego Manuel Falcão ficou responsável de levar a cabo as operações de recolha de novas informações e dados necessários para a criação formal da Diocese de Santarém. Como refere um dos entrevistados, o principal responsável foi o cónego Manuel Falcão *“quem levou a cabo a decisão de agregar as informações necessárias para o processo de criação da diocese com a ajuda do Onofre”*. O padre António Onofre reuniu, junto das comunidades e do clero, os elementos que teriam de ser enviados para a Santa Sé.

Para a criação da Diocese de Santarém foi elaborado o “Relatório em ordem à criação da Diocese de Santarém”, tendo em vista a sua apresentação na Conferência Episcopal Portuguesa. Este relatório está datado de 31 de maio de 1970 e compreende três partes. Na primeira parte do relatório, denominada de “A região pastoral de Santarém”, é descrito o enquadramento da região de Santarém, nomeadamente os 3217,46 km<sup>2</sup> do distrito de Santarém, os 483 500 habitantes, sendo 286 800 afetos à região pastoral, o facto de se verificar um acréscimo face aos 273 799 habitantes registados em 1960. Entre outros aspetos, esta parte do relatório realçava a existência de uma população ainda próxima da juventude e a existência de 103 freguesias pertencentes à região pastoral.

A segunda parte do relatório, denominada de “Apetrechamento Pastoral da Região de Santarém”, continha inúmeros gráficos e estudos que analisavam o período de 1931 a 1969. Alguns dos aspetos analisados foram a fertilidade vocacional e os serviços eclesiais. Relativamente à vocação, destacava os ingressos no Seminário dos Olivais, 361 seminaristas da região de Lisboa, 31 da região pastoral de Setúbal e 271 da região de Santarém, constatando-se que a zona de Santarém proporcionou um contingente significativo de seminaristas. No que se refere aos serviços eclesiais, evidenciava uma decadência e falta de interesse dos mesmos na região pastoral de Santarém. Todavia, destacou-se a preferência pelos estudantes e a importância do Colégio Andaluz de Santarém em toda a região.

Também na segunda parte do relatório é realizada uma abordagem dos recursos económicos, sendo apresentados os valores do “Índice de possibilidades da região pastoral de Santarém” (ver Tabela 2). Este índice esquematizava, de acordo com o plano de contas vigente na Diocese de Lisboa, os recursos económicos de cada atividade da Igreja Católica num determinado período. Ainda nesta segunda parte do relatório são ainda elencados os bens patrimoniais do Patriarcado de Lisboa situados na região pastoral de Santarém (terrenos, casas, foros em vigor, prédios, entre outros) e propriedades que originavam rendimentos ao Patriarcado de Lisboa e que pertenciam à região pastoral de Santarém. São feitas também referências aos valores de rendimentos de outras propriedades de investimento, fruto de doações de fiéis e de testamentos. São destacados os bens que, em propriedade plena pertencem à diocese e não têm administração própria, como os rendimentos dos títulos, dividendos (ver Apêndice H). Todos estes valores provenientes de rendas, explorações, faziam parte dos recursos que englobavam os tributos da fábrica da igreja e, inclusive, os seus resultados eram uma das principais fontes de rendimentos registados (aquando do seu recebimento), de acordo com a respetiva rubrica do plano de contas diocesano.

**Tabela 2: Índice de possibilidades da região pastoral de Santarém**

<u>Índice de Possibilidades</u>		
	<u>Valor em escudos</u>	<u>Média</u>
<u>Tributo fábrica da igreja</u>	<u>16.605\$90</u>	<u>10 paróquias</u>
<u>Tributos benefícios paroquiais</u>	<u>16.878\$80</u>	<u>44 paróquias</u>
<u>Contributo penitencial</u>	<u>41.246\$50</u>	<u>78 paróquias</u>
<u>Missas binadas</u>	<u>250.520\$50</u>	<u>54 paróquias</u>
<u>Quotização vocações</u>	<u>71.788\$20</u>	<u>64 paróquias</u>
<u>Peditórios Seminários</u>	<u>62.270\$00</u> <u>(1967 rendeu</u> <u>157.168\$50)</u>	<u>33 paróquias</u>
<u>Peditórios novas igrejas</u>	<u>26.114\$80</u>	<u>24 paróquias</u>
<u>Total</u>	<u>485.424\$70</u>	

Na terceira parte do relatório é feita a apresentação da possibilidade da concretização do projeto que é a Diocese de Santarém. Em face do que foi exposto e analisado sobre toda a região pastoral, a criação da diocese aparentava-se exequível de acordo com alguns

aspectos: a cidade de Santarém como capital de distrito e antiga capital do Ribatejo; a existência de dioceses no país com menor superfície e população; a existência de meios humanos e naturais, destacando o Seminário de Santarém e as igrejas da cidade; as características maioritariamente sociológicas de uma população com elevadas afinidades psicológicas, económicas, geográficas; a necessidade de uma atuação eclesial junto da população, contribuindo para uma maior facilidade no acesso aos serviços centrais; e de acordo com o valores do índice de possibilidades e dos registados nos mapas de contas das paróquias, a região pastoral de Santarém dispunha de meios económicos suficientes nas suas paróquias para ser classificada como uma diocese de média dimensão.

Uma outra dificuldade que se colocava era o complexo tema da delimitação territorial da nova Diocese de Santarém. Discutia-se que a diocese deveria atender ao território do distrito de Santarém que pertencia à antiga Província do Ribatejo ou se deveria englobar também toda a região natural do Ribatejo, mesmo a que não estaria confinada aos limites territoriais do distrito. Apuraram-se 24 concelhos e 180 freguesias. Da antiga Província do Ribatejo iriam ficar de fora da Diocese de Santarém os concelhos de Ponte de Sor do distrito de Portalegre, da Azambuja e Vila Franca de Xira do distrito de Lisboa. Mação ficaria na Diocese de Portalegre devido à distância que ficaria de Santarém e Vila Nova de Ourém ficaria a cargo da Diocese de Leiria por não apresentar características do Ribatejo (ver Figura 2). No “Decreto *múnus pastoral*”, decreto sobre o encargo pastoral dos bispos na Igreja Católica, o Concílio Vaticano II estabeleceu a seguinte definição de diocese: “*a porção do povo de Deus, confiada a um bispo*”. Propondo com isto a necessidade de rever as circunscrições ou os limites territoriais das dioceses em função de uma maior eficácia no exercício do ministério pastoral da Igreja Católica.

Reunidos os elementos necessários, em 19 de março de 1971 o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, emitiu um pedido a Sua Santidade, o Papa Paulo VI, solicitando-lhe a divisão do Patriarcado. Justificava esta divisão com base na dimensão territorial e populacional do Patriarcado de Lisboa, que comprometia a eficiência da missão pastoral, tendo anexado o decreto que tinha sido publicado a 29 de maio de 1966, oriundo dos trabalhos efetuados pela comissão preparatória de reestruturação pastoral do Patriarcado. D. Manuel Cerejeira justificou ainda a criação da Diocese de Santarém, junto do Papa Paulo VI, através de uma síntese das principais razões que constavam no

relatório de 31 de maio de 1970, nomeadamente o facto da região pastoral de Santarém dispor de meios económicos suficientes para ser classificada como uma diocese média. Ficando em falta o resultado da votação da assembleia plenária da Conferencia Episcopal do Patriarcado de Lisboa, que viria a realizar-se em julho de 1971, sobre o “Pedido de divisão do Patriarcado de Lisboa em ordem à criação de duas novas dioceses”.

**Figura 2: Limites da Diocese de Santarém**



A assembleia plenária da Conferencia Episcopal do Patriarcado de Lisboa, decorreu em Fátima, de 21 a 26 de julho de 1971. Nesta assembleia foi discutida a problemática das novas dioceses e, tendo sido votada a proposta de criação da Diocese de Santarém, a qual obteve 12 votos a favor, 9 contra e 2 nulos (Ata da assembleia). Com a resignação de D. Manuel Cerejeira, em 10 de maio de 1971, fora nomeado D. António Ribeiro para o cargo de patriarca de Lisboa, tendo sido já este patriarca a presidir a esta assembleia. Após a votação, D. António Ribeiro deu por encerrado o assunto, enviando os resultados à Santa Sé.

Contudo, por eventualidade da revolução de abril em 1974, o processo de criação da diocese sofreu algum atraso. A “Bula Apostolicae Sedis Consuetudinem” que ordenou a tão esperada Diocese de Santarém, como resultado da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa, foi emitida pelo Papa Paulo VI em 16 de julho de 1975. Nela pode ler-se: “[...] com todo o nosso poder Apostólico, separamos do Patriarcado de Lisboa o território que atualmente constitui a região pastoral de Santarém, e resolvemos que se chame Diocese de Santarém, em Portugal”. Em 4 de outubro de 1975, D. António Ribeiro, cardeal-patriarca

de Lisboa, presidiu à missa de ordenação do primeiro bispo desta diocese, D. António Francisco Marques.

## **6. Discussão dos resultados**

Neste capítulo são discutidos os principais resultados desta investigação. A contabilidade pode constituir uma ferramenta relevante nas relações de poder entre as organizações e os atores organizacionais (Major et al., 2018). No presente estudo identificamos a existência de relações de poder entre a Santa Sé e o Patriarcado de Lisboa, e entre este e as paróquias da região pastoral de Santarém. Estas relações de poder apresentavam uma natureza claramente formal, por via das hierarquias na Igreja Católica, e também uma natureza menos formal, ou semiformal, por via de partilha de informações do tipo bottom-up, como foi o caso das informações contabilísticas partilhadas pelo padre Júlio Boturão com a Nunciatura Apostólica em Lisboa, nos finais dos anos cinquenta do século XX.

Foi obtida evidência de que as peças de informação contabilística foram relevantes nas referidas relações de poder, funcionando como uma tecnologia de poder, à semelhança de outros estudos em contextos de organizações religiosas (e.g. Gatti & Poli, 2014; Bigoni & Funnell, 2015; Araújo, 2010; Leardini & Rossi, 2013). No entanto, estes estudos reportam a utilização das práticas contabilísticas como uma tecnologia de poder do tipo top-down, não fornecendo evidência de que essas práticas tenham funcionado como uma tecnologia de poder do tipo bottom-up. Gatti & Poli (2014) demonstraram a contabilidade a funcionar como uma tecnologia ao serviço do governo Papal, permitindo a centralidade do poder e promovendo a mudança dos Estados Papais para a configuração de um Estado absoluto. Por sua vez, e tendo como unidade de análise a Diocese de Ferrara no século XV, Bigoni & Funnell (2015) fornecem evidência de que a contabilidade era uma importante tecnologia moldada pelo poder pastoral, cujo objetivo era orientar o comportamento dos sacerdotes, tornando-os conscientes dos fins da reforma dos bispos e possibilitando o reavivamento do poder pastoral. A contabilidade como instrumento de poder é defendida também por Araújo (2010), que identifica as relações de poder empregues pelo responsável do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo e pelo arcebispo de Braga através dos registos contabilísticos, nos séculos XVIII e

XIX. Também Leardini & Rossi (2013) analisaram as relações entre contabilidade e poder num mosteiro italiano, na Idade Média, e fornecem evidência de a contabilidade ter apoiado a estrutura organizacional desse mosteiro e facilitado as relações de poder, que também interpretamos como sendo do tipo top-down.

Uma das contribuições deste estudo é que as práticas contabilísticas podem influenciar as relações de poder de ambos os tipos, top-down e bottom-up. Podemos dar exemplos relacionados com a influência das práticas contabilísticas nas relações de poder do tipo top-down. Um deles tem a ver com o formato de reporting contabilístico instituído na Igreja Católica, e que de acordo com a teoria institucional podemos considerar ter havido efeitos de um isomorfismo de natureza coerciva por se tratarem de práticas contabilísticas impostas (Meyer & Rowan, 1977; Major & Ribeiro, 2017) para responder às exigências de natureza económica prescritas pelo código do direito canónico. No entanto, estas práticas contabilísticas demonstram um elevado grau de retenção (Johansson & Siverbo, 2009), e que se refletiam por via das rotinas contabilísticas destas organizações (Burns & Scapens, 2000; Robalo, 2014). Por sua vez, a Diocese de Lisboa impunha às suas paróquias um formato de reporting idêntico ao que usava para reportar à Santa Sé. Podemos verificar que os quatro mapas de prestação (anual) de contas utilizados em cada uma das paróquias da Diocese de Lisboa seguiam a mesma estrutura do utilizado pela Diocese de Lisboa. Por analogia, poderíamos dizer que a Diocese de Lisboa teria de aprovar as contas consolidadas anuais que tinham por base as contas individuais de todas as unidades orgânicas que estavam sob a sua tutela (paróquias e outras). Um outro exemplo das práticas contabilísticas nas relações de poder do tipo top-down tem a ver com o facto de as referidas contas anuais consolidadas terem de ser apresentadas à Santa Sé, por imposição desta, a cada ciclo de cinco anos.

Por sua vez, também podemos dar exemplos de recurso às práticas contabilísticas para influenciar relações de poder do tipo bottom-up. Um deles está patente no “Memorandum” elaborado pelo padre Júlio Boturão e enviado em 1956 à Nunciatura Apostólica em Lisboa (embaixada da Santa Sé em Portugal), o qual continha informações de natureza económica e financeira para justificar a necessidade de uma diocese na região pastoral de Santarém. Outro exemplo está patente no “Relatório social da comissão preparatória para a reestruturação do Patriarcado de Lisboa”, de 6 de maio de

1966, o qual tinha em consideração a existência de recursos económicos e financeiros adequados na região pastoral de Santarém. Um outro exemplo da influência das informações contabilísticas nas relações de poder do tipo bottom-up é observável quando atendemos ao conteúdo do “Relatório em ordem à criação da Diocese de Santarém”, de 31 de maio de 1970. Uma parte extensa deste relatório é dedicada a fornecer informação de sustentabilidade económico-financeira da região pastoral de Santarém. Nele são apresentados os valores do “Índice de possibilidades da região pastoral de Santarém”, que tendo por base as rubricas do plano de contas vigente na Diocese de Lisboa, proporcionava informações sobre os recursos económicos de cada atividade da Igreja Católica nesta região pastoral. Por sua vez, este relatório proporcionava também informações sobre os bens patrimoniais e sobre os valores de rendimentos de propriedades de investimento situados na região pastoral de Santarém (sob administração do Patriarcado de Lisboa). A evidência proporcionada pelo conjunto destes exemplos permite-nos contribuir para a literatura existente sobre a contabilidade como uma tecnologia de poder, na medida em que nos permite concluir que as práticas contabilísticas (institucionalizadas) influenciaram também as relações de poder do tipo bottom-up, isto é, entre a região pastoral de Santarém e a sua diocese (Patriarcado de Lisboa), com o objetivo de criar uma diocese independente para esta região pastoral.

É importante referir que o presente estudo não explora uma alteração em práticas contabilísticas institucionalizadas nestas organizações religiosas, mas o recurso a estas práticas para alcançar as mudanças organizacionais pretendidas. Assim, ao contrário de outros estudos que têm recorrido à teoria NIS para explicar que as alterações de práticas contabilísticas nas organizações decorrem de pressões institucionais de natureza externa (e.g. Dillard et al., 2004; Major et al. 2018), este estudo proporciona evidência da utilização de práticas contabilísticas institucionalizadas para desencadear mudanças organizacionais de natureza intra-organizacional (dado que as paróquias da região pastoral de Santarém eram uma parte das unidades organizacionais coordenadas pela Diocese de Lisboa), contribuindo para a literatura que atende às mudanças promovidas por agentes internos que usam as ferramentas contabilísticas para suportar esses processos de mudança (e.g. Robalo & Gago, 2017; Hiebl, 2018).

As práticas contabilísticas institucionalizadas permitiram ajudar a legitimar a necessidade de ocorrerem alterações organizacionais na Diocese de Lisboa. No entanto, não foram suficientes. A evidência desta insuficiência está bem patente na iniciativa menos sucedida do padre Júlio Boturão, que também se suportava em informações contabilísticas. O processo de criação da Diocese de Santarém ganhou outra dimensão em consequência de pressões externas decorrentes do Concílio Vaticano II, que ao refletir o propósito de inovação pastoral da Igreja Católica teve influência na decisão de reestruturar o Patriarcado de Lisboa, que ganhou visibilidade com o decreto do cardeal-patriarca de Lisboa, de 18 de abril de 1966, para a criação de uma comissão preparatória para levar a cabo essa reestruturação. É de referir que o patriarcado de Lisboa demonstrava pouco entusiasmo por processos de mudança ao nível da Diocese de Lisboa e só conduzia esta reestruturação em consequência de pressões externas decorrentes de novas orientações de ação pastoral que emergiram do Concílio Vaticano II, e da contínua pressão de alguns elementos do clero das suas regiões pastorais. Tal como refere Robalo (2014), as pressões externas e internas, ou a falta delas, devem ser consideradas ao longo de todo o processo de mudança. E no presente estudo, temos evidência de que as pressões internas das paróquias da região pastoral de Santarém, iniciadas pelo padre Júlio Boturão, foram importantes, mas insuficientes. E que o processo de mudança só passou a ser mais visível quando coabitaram pressões externas e internas. Esta é uma contribuição deste estudo que vem tornar mais sólida a argumentação de alguns autores (e.g. Ribeiro & Scapens, 2006; Robalo, 2014) em que os processos de mudança são melhor compreendidos se os investigadores atenderem em simultâneo às premissas das teorias NIS e OIE.

Apesar de existirem pressões externas e internas, o processo de mudança seguia a um ritmo lento. Como já referimos, esta mudança não era desejada pela Diocese de Lisboa, e o seu sistema de governo institucionalizado não estava aberto à mudança, com aconteceu no estudo de Oliveira (2003). Mas os argumentos de mudança por parte dos agentes internos e externos a esta diocese eram sustentados em reflexões amadurecidas. Podemos interpretar a existência de uma certa inércia, característica de processos de resistência passiva, tal como definidos em Burns & Scapens (2000). Mas a manutenção das pressões já referidas levaria a que o processo de criação de uma diocese em Santarém não morresse, desencadeando-se o pedido de novos dados, nomeadamente de natureza

económica e financeira, de que resultou o Relatório em ordem à criação da Diocese de Santarém, de 31 maio de 1970. No entanto, proposta de criação da Diocese de Santarém só viria a ser aprovada (com margem mínima de votos) pela assembleia plenária da Conferencia Episcopal do Patriarcado de Lisboa em finais de julho de 1971. Contudo, a Bula Papal que ordenou a tão esperada Diocese de Santarém só seria emitida pelo Papa Paulo VI em 16 de julho de 1975. Apesar da existência de resistências à criação da Diocese de Santarém, a criação da diocese aparentava-se exequível pela evidência dos valores económicos e financeiros recolhidos dos mapas contabilísticos das paróquias, comprovando que a região pastoral de Santarém dispunha de meio económicos suficientes nas suas paróquias para ser uma diocese autónoma, autossustentável e de média dimensão. Neste contexto destacamos a influência da contabilidade na criação da Diocese de Santarém, uma vez que foi com recurso a esta tecnologia de poder que se reuniram elementos importantes que questionaram as instituições organizacionais preexistentes no patriarcado de Lisboa e que vieram a permitir moldar os comportamentos dos atores incorporados nas organizações para permitir a mudança (Major et al., 2018).

## **7. Conclusão**

Neste estudo procurámos investigar a influência das práticas contabilísticas no processo de criação da Diocese de Santarém, atendendo ao contexto organizacional, socioeconómico e político em que ocorreu. Para o efeito, recorreremos às premissas da teoria institucional e seus desenvolvimentos subsequentes (Major et al., 2018).

O estudo apresenta várias contribuições para a literatura que procura compreender porque e como ocorrem processos de mudanças (e.g. Burns & Scapens, 2000, Ribeiro & Scapens, 2006; Robalo, 2014; Major et al., 2018), e em particular quando estes processos ocorrem em contextos de organizações religiosas (e.g. Gatti & Poli, 2014; Bigoni & Funnell, 2015; Araújo, 2010; Leardini & Rossi, 2013). A principal contribuição deste estudo resulta do facto de fornecer evidência de que as práticas contabilísticas podem influenciar as relações de poder de ambos os tipos, top-down e bottom-up, e não apenas as do tipo top-down. Por sua vez, o estudo contribui ainda para esta literatura ao demonstrar que estes tipos de relações de poder podem acontecer em simultâneo em

direção a uma mesma unidade organizacional. Neste estudo, num determinado período o Patriarcado de Lisboa sofreu, em simultâneo, pressões do clero da região pastoral de Santarém (bottom-up) e da Santa Sé (top-down) que reforçaram o processo de mudança em curso.

Este estudo contribui também para a literatura que assenta no uso de ferramentas contabilísticas por parte de agentes intra-organizacionais com o objetivo de desencadear e suportar processos de mudança organizacional (e.g. Robalo & Gago, 2017; Hiebl, 2018). O processo de mudança tratado neste estudo foi desencadeado por agentes do clero da região pastoral de Santarém e foram continuamente suportados em informações de natureza contabilística das paróquias desta região pastoral.

Por último, este estudo contribui ainda para a escassa literatura de contabilidade em contextos de organizações religiosas (Sprakman & Quinn, 2018), atendendo ao contexto particular de criação de uma diocese da Igreja Católica no terceiro quartil do século XX, não sendo do nosso conhecimento a existência de algum trabalho de natureza similar ou neste período temporal.

Como em todos os trabalhos de investigação, este estudo não está livre de limitações. As potenciais limitações deste estudo podem estar relacionadas com o facto de o mesmo tratar um tema de mudança num contexto inovador: a criação de uma diocese. Para ultrapassar estas potenciais limitações, sugere-se que futuros estudos atendam a processos de mudança em contextos semelhantes.

## Bibliografia

- Almeida, J. (2009). As correntes do movimento católico na época contemporânea. *Lusitânia Sacra* 21(2): 283-293.
- Antunes, M. (1982). Notas sobre a organização e os meios de intervenção da Igreja Católica em Portugal: 1950-80. *Análise Social* 18(1): 72-74.
- Araújo, D. (2010). *Contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo Séculos XVIII e XI*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Minho.
- Bigoni, M. & Funnell, W. (2015). Ancestors of governmentality: Accounting and pastoral power in the 15th century. *Critical Perspectives on Accounting* 27(1): 160-176.
- Burns, J. & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: An institutional framework. *Management Accounting Research* 11(1): 3-25.
- Calvo, M. (2000). *La contabilidad de espolios y vacantes: Diócesis de Canarias (1753-1851)*. Gran Canaria: Servicio de Publicaciones de la Universidad de la Universidad de las Palmas de Gran Canaria.
- Carmona, S. & Ezzamel, M. (2006). Accounting and religion: A historical perspective. *Accounting History* 11(2): 117-127.
- Carpenter, V. L. & Feroz, E. H. (2001). Institutional theory and accounting rule choice: An analysis of four US State Governments' decisions to adopt Generally Accepted Accounting Principles. *Accounting, Organizations and Society* 26(7): 565-596.
- Catecismo da Igreja Católica, 2ª edição. (1997). Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Código de Direito Canónico, 4ª edição. (2007). Braga: Editorial A.O.
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa , 1ª edição. (2001). Coimbra: Almedina
- Contrafatto, M. & Burns, J. (2013). Social and environmental accounting, organisational change and management accounting: a processual view. *Management Accounting Research* 24(4):349-365.
- Cordery, C. J. (2012). Funding social services: An historical analysis of responsibility for citizens' welfare in New Zealand. *Accounting History* 17 (3-4): 463-480.
- Cordery, C. J. (2015). Accounting history and religion: A review of studies and a research agenda. *Accounting History* 20(4): 430-463.
- Dillard, J. F., Rigsby, J. T., & Goodman, C. (2004). The making and remaking of organization context: Duality and the institutionalization process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 17(4): 506-542.
- DiMaggio, P., & Powell, W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review* 48(2): 147-160
- Dobie, A. (2008). The development of financial management and control in monastic houses and estates in England c. 1200–1540. *Accounting, Business & Financial History* 18(2): 141-159.
- Falcão, M. (1990). O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense. *Lusitania Sacra* 2(2): 89-121.

- Faria, A. (2008). An analysis of accounting history research in Portugal: 1990—2004. *Accounting History* 13(3): 353-382.
- Fontes, P. (2012). Vaticano II: Portugal, o mundo e a convocação do Concílio. Agência Ecclesia. Acedido em 01 de setembro de 2018, disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/entrevistas/vaticano-ii-portugal-o-mundo-e-a-convocacao-do-concilio/>
- Foucault, M. (1989). Poder-Corpo. In J. A. G. Albuquerque e R. Machado (Eds.). *Michel Foucault, Microfísica do Poder (145-152)*. Edições Graal.
- Gatti, M. & Poli, S. (2014). Accounting and the Papal States: The influence of the Pro commissa Bull (1592) on the rise of an early modern state. *Accounting History* 19(4): 475-506.
- Gebreiter, F. (2015). Hospital accounting and the history of health-care rationing. *Accounting History Review* 25 (3): 183–199.
- Gomes, D. (2008). The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. *Accounting History* 13(4): 479-509.
- Hernández, J. J. (2007). Impuestos sobre la renta de los eclesiásticos: El subsidio y excusado (Diócesis de Sevilla, mediados del siglo XVII). *De Computis* 4(7): 172
- Hiebl, M. (2018). Management accounting as a political resource for enabling embedded agency. *Management Accounting Research* 38(1): 22-38.
- Johansson, T. & Siverbo, S. (2009). Why is research on management accounting change not explicitly evolutionary? Taking the next step in the conceptualisation of management accounting change. *Management Accounting Research* 20(2): 146-162.
- Leardini, S. & Rossi, G. (2013). Accounting and power in religious institutions: Verona's Santa Maria della Scala monastery in the middle ages. *Accounting History* 18(3): 415-427.
- Llopis, E., Fidalgo, E. & Méndez, T. (2002). The 'Hojas de Ganado' of the Monastery of Guadalupe, 1597-1784: An accounting instrument for fundamental economic decisions. *Accounting, Business & Financial History* 12(2): 203-229.
- Madaleno, A. (2013). Breve introdução ao estudo das leis canónicas. *Gaudium Sciendi* 1(1): 69-99.
- Mafra, L. (1997). Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira. *Centro de Estudos de História Religiosa* 12(1): 1-118.
- Major, M., Conceição, A. & Clegg, S. (2018). When institutional entrepreneurship failed: The case of a responsibility centre in a Portuguese hospital. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 31(4): 1199-1229.
- Major, M. & Ribeiro, J. (2017). A teoria institucional na investigação em contabilidade. In M. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática (33-74)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Martins, C. (2010). *The accounting system of the Hieronymite Monastery of Santa Maria de Belém circa 1833*. Dissertação de Mestrado em Finanças. Escola de Negócios e Economia da Universidade Nova

- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977). Institutional organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology* 83(1): 340-363.
- Miles, M., Huberman, A. & Saldana, J. (2014). *Qualitative data analysis: A methods sourcebook*. London: Sage.
- Monzón, J. L. & Chaves, R. (2008). A Economia Social na União Europeia. Obtido de Comité Económico e Social Europeu: Acedido em 01 de setembro de 2018, disponível em: [http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/a\\_ces11042-2012\\_00\\_00\\_tra\\_etu\\_pt.pdf](http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/a_ces11042-2012_00_00_tra_etu_pt.pdf)
- Murteira, M. (1986). A situação económica em Portugal: Origens e perspectivas. *Análise Social* 12: 279-287.
- Oliveira, J. (2003). *A contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Quinn, M. (2014). Stability and change in management accounting over time—A century or so of evidence from Guinness. *Management Accounting Research* 25(1): 76-92.
- Ribeiro, J. & Scapens, R. W. (2006). Institutional theories in management accounting change: Complementaries, issues and paths for development. *Qualitative Research in Accounting & Management* 3(2): 94–111.
- Robalo, R. (2014). Explanations for the gap between management accounting rules and routines. *Spanish Accounting Review* 17(1): 88–97.
- Robalo, R. & Gago, S. (2017). The role of trust in the primary adoption stage of management accounting innovations. *Spanish Journal of Finance and Accounting* 46(1): 63-91.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D. & Craig, R. (2003). Corporativism, liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755. *The Accounting Historians Journal* 30(1): 95-128.
- Sardonil, L. M., Moreno, M. B. & Arroyo, A. S. (2016). El papel de la contabilidad monástica a lo largo de la historia en el orbe cristiano; Una revisión. *Spanish Accounting Review* 20(2): 143-156.
- Sargiacomo, M. (2009). Accounting for the ‘good administration of justice’: The Farnese State of Abruzzo in the sixteenth century. *Accounting History* 14(3): 235-267.
- Scapens, R. W. (2006). Understanding management accounting practices: A personal journey. *British Accounting Review* 38(1): 1–30.
- Schultz, S. M. & Hollister, J. (2014). The Delaware and Hudson Canal Company: Forming, financial and reporting on an early 19th century corporation. *The Accounting Historians Journal* 41(2): 111-151.
- Simpson (2012). A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. *Accounting Review* 18(1): 89-110.
- Spraakman, G. & Quinn, M. (2018). Accounting history research topics—An analysis of leading journals, 2006–2015. *Accounting Historians Journal* 45(1): 101-114.
- Vieira, R., Major, M. & Robalo, R. (2017). Investigação qualitativa em contabilidade. In M. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (139-172). Lisboa: Escolar Editora.
- Zucker, L. G. (1987). Institutions theories of organization. *Annual Review of Sociology* 13(1): 443-464.



## Apêndice A – Lista das fontes documentais

Ata da assembleia plenária da Conferência Episcopal do Patriarcado de Lisboa (1971)
Bula Apostolicae Sedis Consuetudinem (16 julho 1975)
Concordata (7 maio 1940)
Decreto de criação da comissão preparatória para a reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa (18 abril 1966)
Decreto múnus pastoral (28 outubro 1965)
Decreto para a reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa (29 maio 1966)
Decreto sobre redimensionamento pastoral do Patriarcado de Lisboa (1 janeiro 1967)
Mapa de inventários
Mapa de orçamentos das despesas e receitas da paróquia
Mapa de receitas e despesas
Mapa de registo simples da cobrança de rendas de propriedades
Memorandum (11 dezembro 1956)
Notificações entre o padre Júlio Boturão e a Núncia Apostólica (entre 1956 e 1957)
Pedido de divisão do Patriarcado de Lisboa em ordem à criação de duas novas dioceses (19 março 1971)
Provisão de designação de responsáveis das regiões pastorais (16 julho 1966)
Relatório em ordem à criação da Diocese de Santarém (31 maio 1970)
Relatórios sociais da comissão preparatória para a reestruturação do Patriarcado de Lisboa (6 maio e 26 maio 1966)
Resposta das organizações públicas e privadas do distrito de Santarém aos ofícios de circulação remetidos pelo Padre Júlio Boturão (novembro de 1956)

**Apêndice B – Lista de entrevistas**

<b>Data</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Funções do Entrevistado</b>	<b>Duração</b>
29/11/2018	Padre Miguel Ângelo	Pároco da Diocese de Santarém e Responsável pelo Pré-Seminário	1h30
09/01/2019	Padre Fernando Campos	Professor e Antigo Vice-Reitor do Seminário no período de criação da Diocese de Santarém	2h30
18/01/2019	Padre Ricardo Madeira	Ecónomo da Diocese de Santarém	1h30
25/01/2019	Dra. Alexandra Xisto	Arquivista do Museu Diocesano de Santarém	1h00
08/02/2019	Senhor Bispo Manuel Pelino	Bispo Emérito da Diocese de Santarém	1h00
20/03/2019	Dra. Alexandra Xisto	Arquivista do Museu Diocesano de Santarém	2h15

## **Apêndice C – Glossário**

Água, luz: Pagamento das despesas de água e luz referente ao edifício da igreja paroquial.

Amortização de empréstimos: Amortização dos empréstimos solicitados à banca e as outras entidades. Nesta conta eram contabilizados os juros pagos como qualquer outra entidade privada/empresa.

Aquisição de imóveis: Compra de algum bem aqui é mencionado o valor do mesmo. (contudo a igreja nunca adquiriu bens imóveis à exceção de veículos para uso do clero, pelo que esta conta não era preenchida)

Atos paroquias: Percentagem da fábrica nos atos paroquias.

Caixas de esmolas: Valor que é depositado na caixa das esmolas, perto das imagens dos santos, nos velários.

Contribuições e impostos: Pagamento do IMI, IRS e outros impostos. (Tendo em conta que a paróquia só pode considerar o IVA das despesas na parte que exerce atividade lucrativa)

Contributo penitencial: Por ocasião do tempo de conversão e penitência, intitulado de Quaresma, todos os anos os bispos de cada diocese pedem que se faça a recolha da "renúncia quaresmal" ou "contributo penitencial" para a entregar a uma ou mais instituições/finalidades que precisem para o bem-estar social.

Correio: Envio de notificações.

Despesas extraordinárias: Destinadas ao contributo para o Fundo Diocesano do Clero e para outras instituições diocesanas do Estatuto do Fundo Diocesano do Clero.

Diversos: Outras despesas, não mencionadas,

Empréstimos: Valores solicitados a entidades externas. Tanto as paróquias da região pastoral como a diocese de Santarém, de início e presentemente sempre que apresente dificuldade financeira ou necessite de restauração patrimonial, solicitam empréstimos à banca ou outros organismos (fundos europeus).

Encargos sociais: Casa paroquial do presbítero, ou se a paróquia tem algum lar de idosos ou uma IPSS.

Expediente: Impressos para a atividade pastoral.

Importâncias: Por verbas é referido ao valor destinado a um fim específico. Por capítulos do valor é faseado, por títulos representa um direito para seu portador.

Legados pios: Despesa de algum bem que foi dado em testamento por falecimento e que a igreja obtém rendimento desse bem que não é da igreja.

Livros e revistas: Agendas, livros outros elementos que são comprados para a paróquia.

Missas Binadas: É a celebração de duas ou três missas num dia pelo mesmo sacerdote.

Móveis e utensílios: Bens adquiridos para uso na atividade pastoral.

Número das verbas: Quantidade de verbas serão necessárias e que requerem a aprovação do orçamento.

Obras e reparações: Valor do custo da obra e reparação do bem patrimonial.

Ofertórios de missa: Valor que ofertado nas missas pelos fiéis.

Ordenados: Salário que é pago ao presbítero.

Pagamentos da consignação de receitas: Saída do valor que ficou retido para a Santa Sé ou para a Diocese.

Peditórios Seminários: A Igreja em Portugal celebra anualmente a Semana dos Seminário sob o tema 'Formar Discípulos Missionários'. Neste sentido, os ofertórios das celebrações dominicais das igrejas da Diocese revertem em favor Seminários Diocesanos.

Receitas consignadas: Valor retido que é dado à Santa Sé e para outras causas como ajuda dos seminários ou para a diocese, ou renuncia quaresmal.

Receitas diversas: Venda de livros, vendas de velas, vendas de cartões de oração, vendas de imagens, festas, procissões.

Receitas extraordinárias:

- a) Legados, heranças e doações que não se destinam a um fim específico.
- b) Os resultados económicos de outras atividades e iniciativas promovidas pela paróquia e que não se destinam a um fim específico.
- c) O produto da alienação de bens.
- d) Os donativos de pessoas singulares e os subsídios e participações de entidades públicas e particulares.

Rendimentos de bens imóveis e imóveis: Rendimento obtido pelo uso daquele bem ou pelo aluguer feito aquele bem, que em propriedade plena pertencem à paróquia e que não têm administração própria, bem como os rendimentos dos títulos, dividendos.

Seguros: Valor pago pelo seguro feito a algum bem patrimonial da igreja. (à data da criação da diocese de Santarém esta conta não era preenchida)

Subsídios: Valores a pagar ao presbítero, referentes a natal ou férias.

Tributos benefícios paroquiais: As paróquias ficam sujeitas anualmente a um tributo especial para Diocese.

Tributos fábrica da igreja: Inclui desde o contributo paroquial, os emolumentos resultantes dos batizados, casamentos, exéquias fúnebres, taxas de certidões, o culto divino das intenções de missas, os ofertórios das missas, promessas, donativos, juros de contas bancárias, vendas.

**Apêndice D – Mapa de receitas e despesas**

~

**Mapa anual**  
**da**  
**Receita e Despesa da Fábrica**  
**da**  
**Igreja Paroquial**

de \_\_\_\_\_

~

**Ano de 19\_\_\_\_**

**D E S P E S A**

Ordenados (a) . . . . .			
Encargos Sociais . . . . .			
Livros e revistas . . . . .			
Correio, telégrafo e telefones . . . . .			
Água, gás e electricidade . . . . .			
Obras e reparações . . . . .			
Contribuições e impostos . . . . .			
Seguros . . . . .			
Móveis e utensílios . . . . .			
Aquisição de imóveis . . . . .			
Subsídios . . . . .			
Expediente (impressos, etc.) . . . . .			
Diversos . . . . .			
Despesas extraordinárias . . . . .			
Pagamentos por consignação de receitas (b) . . . . .			
Amortização de empréstimos . . . . .			
Legados Pios . . . . .			
<b>Soma a despesa deste ano . . .</b>			
<b>Saldo para o ano seguinte . . .</b>			
<b>TOTAL . . .</b>			

**Observações:** (a) De 2 em 2 anos juntar quadro do pessoal e respectivas remunerações.

Paróquia de .....

ANO I

RECEITA			
Saldo do ano anterior . . . . .			
Actos paroquiais (a) . . . . .			
Ofertórios das Missas . . . . .			
Caixas das Esmolas . . . . .			
Receitas diversas . . . . .			
Rendimento de bens imóveis . . . . .			
Rendimento de bens móveis (juros), etc. . . . .			
Receitas extraordinárias . . . . .			
Receitas consignadas (b) . . . . .			
Empréstimos . . . . .			
TOTAL . . . . .			

Observações: (a) Percentagem da Fábrica nos actos paroquiais;  
 (b) Ofertórios para a Diocese e outros fins determinados.

**Tributação dos rendimentos da Fábrica**

Computação			Tributos	
Receita total da fábrica . . . . .			Jus catedralicum . . . . .	50 00
<b>Deduções, quando devidas:</b>			Tributo seminárstico . . . . .	
Saldo do ano anterior . . . . .			Soma . . . . .	
Receita extraordinária e consignada . . . . .			Paróquia .....	
Contribuições civis . . . . .			em ..... de ..... de 19 .....	
Legados pios . . . . .			O Pároco	
5% s/ receita bruta para obras . . . . .				
Importância líquida tributável . . . . .				







**Apêndice F – Exemplo de mapa de inventários de localização do património móvel**

CATEGORIAS LOCALIZAÇÃO	METAIS	ESCULTURA	ESPÓLIO DOCUMENTAL	PINTURA	TÊXTEIS	OBJECTOS DEVOCIONAIS	EQUIP. E UTENSÍLIOS	MOBILIÁRIO	CERÂMICA
ESPAÇO DESTINADO AO CULTO	527	4111		117		30	29	37	5
SACRITIAS	2127	573	167	141	224	38	15		6
COFRES	1003	10	9						
ARRUMOS	34	59	16	35	5	6	3		2
CASAS PAROQUIAIS	281	92	160	26	3				
CASAS PARTICULARES	807	18			1		2		
CENTROS PAROQUIAIS	87	36							
OUTROS EDIFÍCIOS DA IGREJA	69	165	203	9	44				
MUSEU DE ARTE SACRA DE ALVOCO DA SERRA		17							4
MUSEU DE ARTE SACRA DE FIGUEIRÓ DA SERRA	23	17	2	8	8				
MUSEU DE ARTE SACRA DE VINHÓ	16	14	5	4	19				
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	478								
ARQUIVO MUNICIPAL DE SELA		4							
TOTAIS P/ CATEGORIAS	5452	4951	562	340	304	74	49	37	17
TOTAIS OBJETOS INVENTARIADOS	11786								



## **Apêndice H – Bens patrimoniais**

- Casa Azoia de Cima
- Prédio no sítio da Comenda, Casével (igreja fábrica Casével)
- Talhão de terreno na construção urbana 1490 m<sup>2</sup>, no Vale de Santarém, sítio Maximiniano
- Em Marinhais terreno com 690 m<sup>2</sup> destinado a construção de uma igreja, localização da atual Igreja de Muge
- Casa na freguesia de Lapas em Torres Novas
- Quinta de Santo António em Torres Novas, pertencente ao Seminário de Santarém

No relatório são feitas também referências de outras Propriedades de investimento e dos valores de rendimento em escudos:

- Terra de sementeira com oliveiras em Portela das Padeiras – arrendada e rendia 5.000\$00 ao ano
- Prédio urbano em Torres Novas – arrendado e rendia 1.050\$00 mensais
- Foros: Quinta Mineira: 240\$00 anuais
- Foros: Francisca Miranda: 84\$00 anuais
- Ordem Terceira do Carmo – rendia 400\$00 ao ano
- Casas de habitação na Povia de Santarém – por arrendar e que poderiam gerar valores mensais
- Prédio bem doado por eventualidade de um testamento
- Entre outros bens.
- 100 obrigações no hospital da C.U.F, que rendiam 5.230\$00 ao ano.
- Os papéis de crédito pré-aprovados na banca.
- Os bens imoveis podem ser desde edifícios habitação, monumentos, igrejas, mosteiros, conventos, quintas, propriedades agrícolas.
- Os patrimónios culturais diocesanos são desde relíquias, livros, cânticos, documentos, arquivo diocesano, objetos de valor histórico, artístico, obras de arte como quadros ou estatuetas, objetos tutelados, alfaias litúrgicas, costumes tradicionais.